



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte, conforme Edital de Convocação publicado aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte, no Diário Oficial do Município de número 166, Ano IX, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte. A Audiência Pública online foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Paulo Rink, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Alex Rato, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete, Serginho do Posto, Thiago Ferro e Tito Zeglin. A senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, procedeu a apresentação quanto a Gestão Fiscal do Poder Legislativo. O senhor Vitor Acir Puppi Stanislawczuk, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, procedeu a apresentação a respeito dos relatórios do Poder Executivo. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Sabino Picolo):- Está encerrado o Pequeno Expediente. Com a presença dos seguintes dos Srs. Vereadores: (ver Ata). Conforme o Requerimento n.º 054.0009.2020, aprovado na Sessão on-line de 14 de setembro de 2020, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expediente e Explicações Pessoais estão destinados à realização da Audiência Pública de Prestação de Contas das Finanças, referentes ao segundo quadrimestre de 2020. Convidamos, então, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumirem os trabalhos, iniciando a audiência pública sob a presidência do ilustre Vereador Paulo Rink. Esta Comissão tem como membros os Vereadores Serginho do Posto - vice-Presidente, Alex Rato, Dr. Wolmir, Ezequias Barros, Mauro Ignácio, Professora Josete, Thiago Ferro e Tito Zeglin. Passo a palavra ao ilustre Vereador Paulo Rink para conduzir os trabalhos.

(Assume a Presidência o Vereador Paulo Rink - Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE:- Bom dia, Sr. Presidente e Srs. Vereadores. Funcionários da Câmara que nos acompanham pelo YouTube, é um prazer podermos fazer e continuar com as nossas obrigações mesmo de forma remota. Quero agradecer toda a equipe técnica que está nos dando a possibilidade de ter essa audiência pública on-line na Câmara Municipal e teremos uma audiência tranquila e serena com a

presença dos nossos convidados. Vamos dar início à sessão, o pessoal da técnica está tudo ok, estou acompanhando o pessoal pelo WhatsApp, qualquer coisa o Tiago ou a Dani, o pessoal da comissão vai nos avisando por aqui. A audiência pública da Comissão de Economia e Finanças e Fiscalização, dia 30 de setembro de 2020. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2020, de acordo com o que determina o § 4º, do Art. 9º, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal Art. 62A, da Lei Orgânica Municipal. Essa audiência terá a duração de duas horas, com início às 9h14min e término previsto para às 11h14min. Agradecemos as autoridades, representantes de associações, entidades, funcionários, cidadãos e Srs. Vereadores. A Comissão de Economia e Fiscalização é formada pelos seguintes Vereadores: do Presidente que vos fala Paulo Rink, Vereador Serginho do Posto - vice-Presidente, Vereador Alex Rato, Vereador Dr. Wolmir, Vereador Ezequias Barros, Vereador Mauro Ignácio, Vereador Thiago Ferro, Vereadora Professora Josete e Vereador Tito Zeglin. Informações sobre o trabalho: o roteiro da audiência pública obedecerá aos seguintes roteiros: Primeiro, teremos a explanação da Sra. Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira quanto à gestão fiscal do Poder Legislativo. Segundo: concessão da palavra aos participantes para comentários, sugestões e questionamentos. Terceiro: teremos a explanação do Secretário Vitor Puppi - Secretário Municipal de Finanças, a respeito do relatório do Poder Executivo, com concessão da palavra aos participantes para comentar, sugestões ou questionamentos. Depois da concessão da palavra as manifestações se darão da seguinte forma: dos Vereadores que compõem a Comissão de Fiscalização e Economia e Finanças, depois os demais Vereadores terão direito a questionamentos e os participantes, que estão por meio on-line no chat do YouTube, ou pelo e-mail da Comissão de Economia comissao.economia@cmc.pr.gov.br. Então, a população pode participar pelo chat, fazer os questionamentos, o pessoal da nossa comissão estará anotando as perguntas aos convidados, e também pelo e-mail comissao.economia@cmc.pr.gov.br. De imediato vamos para a explanação da Sra. Aline Bogo - Diretora Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba. Bem-vinda Aline, você está com a palavra.

A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia, Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia, cumprimento aos demais integrantes desta comissão, Vereadores desta Casa, agradecer ao apoio do pessoal do Deprole, pessoal do som, equipe que está colaborando para que essa audiência pública seja feita. Vou compartilhar a minha tela e colocar a minha apresentação. Essa audiência pública tem como objetivo a demonstração dos dados acumulados até o segundo quadrimestre de 2020 e avaliação das metas e resultados fiscais da Câmara Municipal de Curitiba. Inicialmente quero falar um pouquinho do nosso orçamento, que foi fixado no final do ano passado em cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil. Esse orçamento representa 3,22% do valor das receitas, que são destinadas ao orçamento da Câmara no ano de 2019. Nosso orçamento poderia chegar até 4,5% dessas receitas, num total de duzentos e quinze milhões e quinhentos mil, foi fixado em cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil. Do total desse valor a Prefeitura já repassou ao Legislativo, repasses mensais, totalizando noventa e sete milhões, oitocentos e três mil. Esse valor fica aplicado, nós vamos pagando as nossas despesas e o valor dos rendimentos mensalmente também, é devolvido ao Executivo para entrar lá como uma receita patrimonial. Então, esses rendimentos até o mês de agosto totalizaram, duzentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e dois reais. Temos uma receita, que é repassada mensalmente ao Executivo, que se refere a um contrato com a Caixa Econômica Federal, que faz a gestão dos pagamentos da folha da Câmara Municipal de Curitiba, foi repassado até o mês de agosto duzentos e nove mil e quarenta e sete reais, que correspondem a esse contrato. Os restos a pagar, que ficaram de 2019, dos exercícios anteriores, foram cancelados seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais, que

também já foram repassados ao Executivo, totalizando o total repassado de até o segundo quadrimestre para Prefeitura Municipal, um milhão, cento e vinte e seis mil, centos e cinquenta e dois reais e noventa e nove centavos. Do total do nosso orçamento foram empenhados, até o segundo quadrimestre, um total de oitenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais, isso representa 52,11% do nosso orçamento. (Próximo slide). Eu trouxe um gráfico, que representa a totalização da receita que a Câmara teria direito em 2020. Então, se vocês olharem no primeiro gráfico, num total de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um mil, nosso orçamento foi fixado em 71,73% desse valor e nós abrimos mão de fixar o orçamento de 28,27%. Praticamente abrimos mão de 30% do nosso orçamento já no início. Este ano, com os acontecimentos e também com problemas em relação à pandemia, a Prefeitura fez uma resolução e contingenciamento e a Câmara optou por fazer uma portaria contingenciando 5,71% desse orçamento que teria direito. Então, com o orçamento disponível a princípio de seiscentos e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil, ficamos com orçamento disponível de cento e quarenta e dois milhões, trezentos e onze mil, sendo que foi contingenciado do nosso orçamento doze milhões, trezentos e quatro mil. E o valor que não foi fixado em lei, já de início, sessenta milhões, novecentos e vinte e seis mil. Desses 66%, que nós temos disponíveis para o nosso orçamento, nós realizamos então 37,38%. Temos ainda disponível 28,64% para realizar no último quadrimestre. Um total de sessenta e um milhões, setecentos e trinta e sete mil. Em relação ao valor empenhado de oitenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, temos aqui que 75,43% foram com gastos de pessoal. Esse slide traz a demonstração do grupo de despesa de pessoal e encargos sociais e de um total orçado de cento e quinze milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, temos realizado até o mês de agosto, sessenta milhões, setecentos e setenta e sete mil. Desse valor, quarenta e nove milhões, trezentos e trinta e nove mil são com vencimentos e vantagens fixas, quem cuida de todos os vencimentos, gratificações, férias. Obrigações patronais, os valores repassados ao INSS, Instituto de Previdência de Curitiba, totalizado dez milhões e setecentos mil. Valor gasto com indenizações desses dois quadrimestres setecentos e vinte e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais, e com outras despesas de pessoal oito mil quatrocentos e dois reais. Do total de sessenta milhões, setecentos e setenta e sete mil, que são gastos com pessoal, elas estão assim distribuídas: vencimentos e vantagens fixas do pessoal efetivo, temos vinte um milhões, duzentos e sessenta e dois mil. Gasto com subsídios dos Vereadores, quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil. Vencimentos com comissionados vinte e três milhões, cento e noventa e um mil. Total de obrigações patronais dez milhões, setecentos e sete mil, com indenizações setecentos e vinte e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e outras despesas um mil, quinhentos e sessenta e quatro reais. Este é um gráfico de como está a nossa despesa de pessoal, um total de sessenta milhões, setecentos e setenta e sete mil, 44,9% são gastos com efetivos, 45,55% com comissionados e 9,55% com subsídios. Em relação ao grupo, outras despesas correntes, do total empenhado em todos os grupos de oitenta milhões, quinhentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais, temos nesse grupo dezenove e milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, que representa 24,16% da nossa despesa empenhada. Desse valor nós temos esse grupo distribuído da seguinte maneira: benefícios assistenciais, que são auxílios creches, auxílio saúde, auxílio funeral, com um total de um milhão, quatrocentos e seis mil. Valor gasto com material de consumo um milhão, e dezesseis mil. Locação de mão de obra, serviços terceirizados: três milhões quatrocentos e sessenta e um mil, setecentos e trinta e três reais. Essa aqui é a despesa empenhada: serviço de Tecnologia da Informação: dois milhões duzentos e quinze mil. Outros serviços de terceiros com pessoa jurídica: sete milhões duzentos e dezessete mil. O nosso aporte ao Instituto de Previdência: quatro milhões sessenta e três mil. E outras despesas correntes: oitenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais. Esse grupo representa 24,16% da despesa total empenhada para o segundo quadrimestre. Em relação aos nossos investimentos nós

temos um valor comprometido em empenho trezentos e vinte oito mil, setecentos e treze reais. Sendo que cento e oitenta mil, cento e quarenta e cinco reais são com equipamento de material permanente e cento e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais são com obras e instalações. Em relação às despesas com diárias e viagens, nesse exercício, no segundo quadrimestre não tivemos despesas, os gastos que são trazidos aqui são referentes ao primeiro quadrimestre, o valor não foi alterado. Então, temos um total de cinco mil e setenta e cinco reais, sendo que trezentos e cinquenta reais com diárias, quatro mil e quarenta e oito reais com passagens e seiscentos e sessenta e seis reais com hospedagens. Uma posição dos nossos restos a pagar até o mês de agosto, um total de quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, deixando claro, que esses valores escritos em restos foram mantida disponibilidade de caixa para cobrir os valores. Então, já foram pagos nesse exercício três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil. Foram cancelados empenhos totalizando seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais, como já falei que já foram devolvidos ao Município. E temos de restos a pagar oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais. Eu trouxe referente aos principais contratos, sendo que se trata da despesa liquidada até o quadrimestre e não despesa empenhada, primeiramente os contratos de terceirização de mão de obra nós temos um contrato com a empresa Obra Prima, de limpeza copa e cozinha e apoio administrativo, que seriam as recepcionistas e mais algumas funções no valor de trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais. Copa e cozinha: cento cinquenta e dois mil quinhentos e quatro reais e limpeza quinhentos e doze mil, setecentos e cinquenta e sete reais. Outro contrato com a Empresa Embrasil de Vigilância, o valor liquidado até o quadrimestre é de um milhão, cento quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais. Em relação a serviços de terceiros. (I) Contrato que administra cartões de combustível, cento e sessenta e um mil, novecentos e dezessete. Comunicação Voip, cento e trinta e nove mil, quinhentos e setenta e oito. Valor liquidado com o concurso público, até o momento, novecentos e sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e quatro. Ainda tem uma parcela a pagar. Gastos com energia elétrica até o quadrimestre, duzentos e dezenove mil, oitocentos e sessenta e seis. Integração com os estagiários, oitocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e dezenove. Dois links de internet da empresa OI, da empresa Algar num total de cento e sessenta e seis mil, duzentos e noventa e oito. Locação de computadores, quatrocentos e quarenta e um mil. Locação de veículos, seiscentos e quatro mil, cento e vinte e três. Manutenção de bens imóveis, contrato de manutenção predial e alguns outros contratos menores, quatrocentos e setenta mil, quatrocentos e quinze. Manutenção de bens móveis, aqui são diversos contratos, duzentos e setenta e um mil, trezentos e vinte e seis. Manutenção de software, duzentos e setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e três. E serviços de postagens, cento e oitenta e nove mil, oitocentos e quarenta e dois. Em relação aos nossos limitadores, segundo a Constituição temos uma emenda que estabelece que a Câmara só pode gastar com despesa de pessoal, especificamente com folha de pagamento, 70% da sua receita. De acordo com o nosso Tribunal de Contas, ele considera essa receita o valor máximo que o legislativo teria direito de fixar o seu orçamento. Para o exercício de 2020, então esse valor poderia chegar ao valor de duzentos e quinze milhões, quinhentos e quarenta e um, nós consideramos esse como o valor da nossa receita. Então, temos de gasto com pessoal até o segundo quadrimestre, sessenta milhões, setecentos e setenta e sete mil. Mas excluindo as obrigações patronais seriam só gastos com folha de pagamento, então temos um total de cinquenta milhões, setenta mil, isso representa 23.23% da receita da Câmara. Esse índice pode chegar até 70%. Acreditamos que até o último quadrimestre não chegaremos nem a 40% desse índice. Em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Nessa lei temos um limitador da receita líquida com pessoal em relação à receita corrente líquida. Essa receita corrente líquida apurada pelo poder executivo, seria uma receita do Município como um todo, abrangendo todos os poderes. Segundo o limitador da LRF, 54% é o limitador para o executivo e 6% para o legislativo. Totalizando um limitador de 60% da receita corrente

líquida. No segundo quadrimestre apuramos essa receita e essa despesa de forma móvel. Então, nós consideramos a despesa dos últimos doze meses, que seria os meses de setembro de 2019 até o mês de agosto de 2020. Considerando a nossa despesa com pessoal, e aqui trazemos os valores liquidados, não os valores empenhados, temos uma despesa bruta no valor de noventa e cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil nos últimos doze meses. Sendo com vencimento, setenta e sete milhões, quinhentos e noventa e quatro; e obrigações patronais, dezessete milhões e noventa e nove mil. Temos indenizações, que seriam com o pessoal inativo, seiscentos e oitenta e um mil. E o total de indenizações que deduzimos da despesa bruta, um total de dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e setenta. Totaliza então uma despesa líquida com pessoal dos últimos doze meses, de noventa e três milhões, cento e noventa mil. Considerando então uma receita corrente líquida do Município de Curitiba desses últimos doze meses, temos uma receita corrente líquida de sete bilhões, oitocentos e sessenta e seis milhões. Com as deduções da receita de serviço do sistema do transporte coletivo de quinhentos e oitenta e nove milhões, cento e treze. E mais a dedução de transferência obrigatórias da União relativas às emendas individuais de trinta milhões, novecentos e setenta e seis mil. Temos uma receita corrente líquida ajustada de sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e quatro. Então, o nosso limite máximo seria de 6% e nós atingimos um limitador de 1,29%. Eu trouxe também um gráfico em azul que mostra como que está o nosso índice nos últimos cinco anos, considerando o índice do segundo quadrimestre de cada ano. Em 2016 um índice de 1,47%, mais ou menos. Em 2017, nós subimos um pouco o nosso índice porque pode ver que a receita corrente líquida que é o gráfico ali em verde, ela baixou um pouco em 2017, então nosso índice subiu para 1,65%. Em 2018 teve um crescimento da receita corrente líquida, teve uma diminuição da despesa com pessoal, a despesa que está no gráfico em vermelho. Então em 2018 o nosso índice voltou para o patamar de 1,40%. Em 2019 com 1,38%. E agora em 2020 é uma redução de um percentual que chegou a 1,29%. A nossa despesa cresceu um pouquinho, mas a receita corrente líquida acompanhou, então o nosso índice está caindo. A despesa não sobe no mesmo percentual da receita corrente líquida. As demais informações pormenorizadas, conforme consta na Lei Orgânica, estão todas no nosso portal de transparência. Inclusive, temos aqui um menu novo que traz as despesas gastas com a Covid. Eu agradeço a atenção de todos e estou à disposição para as perguntas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Aline. Sempre muito didática, muito técnica na apresentação. Acho que todos os Vereadores têm a tranquilidade em ter você como a nossa responsável financeira da Câmara Municipal. Gostaria de perguntar para o pessoal da técnica e da comissão dos assessores se a gente tem algum Vereador inscrito para fazer perguntas para a Aline. Não temos inscritos. Se algum Vereador tiver algum questionamento, lembro aos senhores para fazer a inscrição normal pelo sistema para ficar mantida a ordem e que nenhum Vereador seja prejudicado no uso da palavra. Aline, quero agradecer a sua apresentação, a sua explanação sobre os números financeiros da Câmara Municipal desse segundo quadrimestre. Na sequência, vamos conceder a palavra ao Secretário Puppi. Bom dia Secretário, e sua equipe, obrigado pela participação conosco. Tivemos a apresentação da Aline falando sobre os números da Câmara Municipal. E agora gostaríamos de ouvi-lo sobre os números do Executivo. Com a palavra o Sr. Puppi, que tem aí quarenta, quarenta e cinco minutos para fazer a explanação dos números do Poder Executivo do segundo quadrimestre.

O SR. VITOR PUPPI:- Bom dia, Exmo. Vereador Paulo Rink, Presidente da Comissão de Economia e Finanças. Cumprimento todos os membros da Comissão, Vereadoras, Vereadores. Quero cumprimentar a diretora Aline, que sempre faz uma apresentação brilhante, segura e a nos inspira na nossa Secretaria de Finanças. E também aproveitando para cumprimentar toda a equipe da Secretaria de Finanças porque, afinal, essa é a última apresentação dessa gestão, já que a apresentação do próximo quadrimestre desse ano só ocorre em 2021. Peço licença para fazer uma

apresentação até um pouco explicativa não só de resultados dessa gestão do ponto de vista financeiro, mas porque estamos atravessando a maior crise do ponto de vista fiscal, econômico de queda de arrecadação que a cidade já viu e mesmo assim temos muita tranquilidade em apresentar com transparência e segurança como está a situação da cidade. Vou começar aqui com o histórico. Eu gostaria de apresentar um pouco o que a Secretaria do Tesouro Nacional divulgou no último boletim dos entes de finanças, as subnacionais de finanças públicas. E aí já faço um gancho para falar rapidamente da reforma tributária que é o assunto do momento no país. Curitiba evoluiu desde 2017, se puxarmos esse gráfico às últimas décadas para trás perceberemos que a arrecadação própria da Cidade de Curitiba tem evoluído bastante. Então, hoje, 62.5% do que a cidade arrecada está aí no IPTU, em especial no ISS que é o nosso principal tributo, no ITBI, nas taxas, o seja, demonstra que Curitiba tem uma maior independência financeira. Curitiba está em terceiro lugar. Curitiba está somente atrás de São Paulo e do Rio de Janeiro. Estamos à frente de Belo Horizonte, Porto Alegre, Fortaleza, Recife, que são cidades com a população bastante considerável, mas mostra que temos um manejo importante das nossas receitas. E por que isso é fundamental? É fundamental porque nós aqui não precisamos a todo momento ir à Brasília e passar o pires, ou pedir auxílio do governo federal, ou da Câmara dos Deputados para ter mais recursos. É claro que fazemos isso. O Prefeito tem ido muitas vezes em busca de recursos, mas o fato é que eu queria trazer à consideração de V.Exas. que se a reforma tributária que está em discussão as duas propostas da PEC 45 e a PEC 110 forem, nos termos que foram apresentados para frente, isso vai acabar. A nossa autonomia financeira certamente vai decair, um retrocesso muito grande não só para Curitiba mas para todas as cidades do Brasil, um retrocesso para o país do ponto de vista de fortalecimento e autonomia dos poderes locais. Gostaria de fazer essa ressalva, mas tem bastante coisas que podemos tratar do tema na sequência. Aí também um dado importante, nós estávamos aí em décimo nono lugar em 2017 do ponto de vista de planejamento e subimos para a primeira posição. O que significa isso segundo o tesouro nacional? É uma média entre despesas de exercícios anteriores e a despesa total do Município. Na prática isso significa que o Município não tem despesas debaixo do tapete. Tudo aquilo que fica para o ano seguinte, que é empurrado ou pedalado para os anos seguintes, são as despesas de exercícios anteriores. Algumas são normais, alguma despesa que acabou chegando com atraso. Mas, quando o número é muito elevado, como era em 2016, isso prejudica o Município. Então, hoje somos a capital com o melhor planejamento do país segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Só 0,1% entre a média despesa de exercícios anteriores e despesa total. Isso significa que eu tenho certeza absoluta que no próximo ano, na apresentação do último quadrimestre de 2020, quem estiver aí, como V.Exas., vamos mostrar, se for questionado, que a cidade não deixou despesas escondidas do ano subsequente. Então, a Secretaria do Tesouro está comprovando. Da mesma forma, nós estamos em segundo lugar entre as capitais entre restos pagar e a despesa liquidada. Isso mostra que a cidade tem liquidado rapidamente, porque tem uma posição financeira confortável. Então, evoluímos aí 1,3%, ou seja, os percentuais podem parecer insignificantes, mas se pensarmos aí em contas de nove bilhões, que é o orçamento da cidade, qualquer 1% é bastante coisa. Então, evoluímos bastante nesses últimos anos e também mostra o reconhecimento da Secretaria do Tesouro Nacional. Da mesma forma, a rigidez das despesas, que é a despesa de custeio que o Município tem, total do custeio do Município e medido pela despesa total. Ou seja, quanto maior o custeio fixo do Município, menor vai ser a qualidade (A) desse índice. Nós conseguimos diminuir esse índice, o que é muito bom, diminuimos bastante esse índice, perto da posição que estávamos antes, uma das piores capitais nesse sentido e isto significa que nós temos condições de aumentar os investimentos. É o que vou mostrar mais adiante. Nosso histórico, segundo o Tesouro Nacional, em 2017, referente ao exercício passado em 2016, sempre é importante lembrar, Curitiba era letra C no Tesouro Nacional, nós éramos a pior capital do País em liquidez, ou seja, não tínhamos dinheiro em caixa para as

nossas obrigações, tínhamos muitas dívidas e evoluímos em dois anos de B para 2020 para a classificação A do Tesouro Nacional, Curitiba é a única cidade do País com mais de seiscentos mil habitantes com a classificação A no Tesouro Nacional. Não é pouca coisa, isto foi conseguido, é preciso sempre lembrar, em razão do apoio dos Vereadores da Câmara Municipal na época presidida pelo Vereador Serginho do Posto, que conduziu a aprovação do Plano de Recuperação, eu acho que aí está o resultado que pode ser acolhido por todos, inclusive, mesmo nesta crise toda estamos passando muito bem os nossos desafios. (Slides). Aí estão os índices da nossa classificação no Tesouro Nacional. Nosso endividamento sempre foi relativamente baixo, em 2018 ele aumentou porque tivemos que absorver aquelas dívidas da previdência deixadas pela gestão anterior, a maior dívida de Curitiba, vale sempre lembrar, é a previdência dos servidores, os valores que não foram pagos entre 2015 e 2016. Eu vou mostrar mais uma vez mais adiante. A nossa liquidez melhorou muito, tínhamos aí 38,7%, significa uma dificuldade maior no cumprimento dos nossos pagamentos, hoje 2,5%, somos a melhor capital em liquidez do País hoje segundo o Tesouro Nacional. Nossa poupança corrente também melhorou, quanto menor esse índice melhor. Tínhamos 90,1% e chegamos a 89,5%, o que nos garantiu a classificação A no Tesouro Nacional. (Slides). Este é o gráfico que sempre menciono e digo que talvez ele resumisse todas as apresentações que fizemos até agora. Então, estas são as despesas embaixo do tapete. A linha cinza é a despesa embaixo do tapete, ela chegaria a quatrocentos em noventa e três milhões de reais em 2017 não fosse o Plano de Recuperação. Nós corrigimos essa trajetória em 2017, fomos baixando e se tornou praticamente insignificante do ponto de vista do tamanho da despesa do Município em 2020, 2021, segundo as nossas projeções. Na linha azul, os senhores podem perceber, são as dívidas da gestão passada, a novação, aqueles valores que foram para novação dos credores, dos fornecedores da cidade que foram novados. Então, estamos aí com trinta e nove milhões de saldo, a maior parte disso é da Fundação da Saúde, uma dívida de cinquenta milhões que foi deixada em 2016 que está sendo pago, mas ainda resta um saldo a haver. (Slides). Este é o gráfico dos seiscentos e quatorze milhões, quero dizer a V. Exas. que não são seiscentos e quatorze milhões, nós atualizamos recentemente em razão de uma provocação do Tribunal de Contas e chegamos à conclusão que são seiscentos e dezesseis milhões, meia um meia é o total do saldo devedor de todas as entidades da Prefeitura, tanto a administração direta como as fundações: a FAS, a Fundação de Saúde, seiscentos e dezesseis milhões de reais é o número que chegamos, já com a previdência somada. Hoje temos essa posição de cento e noventa e cinco milhões de reais, mas percebam na quinta linha que o maior saldo é a previdência, tanto a quinta como a sexta linha. Como eu disse, os vinte e oito milhões de reais, a maior parte é o FEAS que é o dinheiro que ainda não foi integralmente quitado, referente a dívida de cinquenta milhões que foi deixada em 2016. Hoje estamos rigorosamente em dia mesmo atravessando a maior crise do País. Quero dizer a V. Exas. que a nossa frustração de receita é algo imenso, para qualquer parâmetro que se tenha nós temos seiscentos e cinquenta e nove milhões de reais hoje, 30 de setembro, atualizados, de previsão de frustração de receita até o final do ano, isto considerando o FUC, a receita de ônibus. Se tirarmos o FUC, este valor atualizado está batendo em trezentos e setenta e três milhões de reais de frustração de receita. É um número muito significativo, é um número que somado com certeza cobre aí qualquer HSBC, que a cidade tenha perdido entre 2013 a 2016, cobre na verdade cinco HSBCs, mas mesmo assim estamos aqui com todas as contas rigorosamente em dia e, mais, com a cidade investindo, como vou mostrar mais à frente. Essa tela que está aí são os resultados dos leilões municipais, do famoso Leilão Holandês, como o Prefeito Rafael Greca diz, 17,34% de desconto, obtivemos uma economia para o Município de vinte milhões de reais. Iremos lançar mais um leilão após o período eleitoral. E aí o gráfico que eu queria chamar a atenção de V. Exas. que Curitiba mesmo no período de pandemia, mesmo com uma frustração de receita de trezentos e setenta e três milhões de reais, sem a receita do transporte coletivo, mais do que dobrou o seu

investimento entre 2016 e 2020, quando comparamos 2016 com 2020. Cento e cinquenta e quatro milhões de reais até setembro, já investimos só em 2020 trezentos e cinquenta e seis milhões de reais. Não tem ainda o dinheiro do BID, não tem ainda o dinheiro do FD, não tem dinheiro do Estado do Paraná praticamente nesse valor. Recebo muitas perguntas dos Vereadores. Quero dizer que isso se faz com esforço próprio do Município de Curitiba, em especial, do nosso Tesouro Municipal. Então, é um resultado para ser comemorado, porque se formos olhar e tenho certeza que logo os jornais vão começar a noticiar, os investimentos em 2020 das cidades vão ter diminuído, o que é natural em razão da crise, mas nós conseguimos não só manter como aumentar os nossos investimentos. E aí para finalizar, um retrospecto de como era a situação da cidade desde 2012, estamos pegando aí 2012, os resultados financeiros, esta informação é do Tribunal de Contas do Estado do Paraná entre 2012 e 2019. Então, vínhamos aí sempre em resultados deficitários, 13%, 5,81%, 2016 ainda está em análise, este número de 4,86% é um número provisório, deve subir certamente, mas tivemos resultados bastante significativos nesses últimos anos, invertendo uma trajetória deficitária da cidade, tornando a cidade saudável, em especial, nesse grave momento de crise. Então, aí a evolução do resultado financeiro da cidade ao longo dos últimos anos. Gostaria de passar já para a segunda parte da apresentação, a terceira será justamente os resultados do quadrimestre, mais um pouco dos impactos da Covid do ponto de vista financeiro para a Cidade de Curitiba. Então, do ponto de vista do ISS, havíamos projetado uma perda de duzentos milhões de reais em abril para o ISS, revisamos essa perda em setembro para cento e quarenta e um milhões de reais, a arrecadação do ISS reagiu bem, inclusive, em setembro, tivemos um resultado bastante satisfatório em setembro, mas tivemos uma perda nos meses anteriores que, claro, não vai ser compensado. Então, essa perda deve se repetir, acreditamos em torno... hoje a previsão é de cento e quarenta e um milhões de reais, mas mensalmente revisamos essa perda porque é um cenário de muita incerteza. Vale lembrar que em abril, no começo da pandemia, no período mais grave do ponto de vista de incerteza e imprevisibilidade, nós não sabíamos como o ano iria terminar. Não só nós, mas o mundo inteiro tinha dúvidas de quais seriam as perdas. Então, temos revisado, mas as nossas previsões têm se mantido relativamente apuradas. (Slides). Aí a quantidade de notas fiscais. Para V.Exas. terem uma ideia a cidade deixou de receber, os empreendedores da cidade deixaram de emitir mais de sete milhões de notas fiscais quando comparado com o ano passado. Então, até 27 de setembro, esse dado é muito atualizado, nós tivemos sete milhões e trezentas mil notas fiscais a menos na cidade comparados a 2019. Claro, temos grandes emissores de notas fiscais, por exemplo, os estacionamento que deixaram de emitir notas fiscais, entre outros também. Na arrecadação do ISS percebam que tivemos uma queda muito acentuada em abril, maio e a maior queda em junho, um valor muito expressivo 24,2%. Então, nós vemos aí um cenário complicado, me lembro bem que quando chegamos em junho nós olhávamos e pensávamos que se julho for 25%, se agosto for 26% nós vamos encerrar o ano com uma perda ainda maior. Mas o fato é que a arrecadação reagiu e em setembro tivemos um ganho um pouco maior do que tivemos em 2019, 1,8% a mais. Mas de toda forma essa perda que existiu nesse período anterior, certamente ela não vai ser compensada. (Slides). Com relação, este é um gráfico interessante, aos prestadores de serviços, uma temperatura de várias atividades na cidade. Então, a primeira atividade 16.01 é a atividade de transporte de natureza municipal. Então, percebam que ela se manteve pequenininha em abril, mas foi melhorando ao passar do tempo em faturamento e quantidade de notas fiscais. Vamos pegar uma atividade para dar um exemplo a ginástica, dança e esportes, o 604, realmente o setor teve uma aceitação maior durante toda a pandemia e ainda não se recuperou integralmente, tivemos uma melhoria em agosto, mas ainda bem abaixo do que foi no último ano. Vou passar esta tela, porque é uma tela que demandaria muito mais tempo para analisarmos, mas posso voltar depois se assim for necessário. Com relação ao ITBI, tivemos uma queda bem substancial em maio, também em abril a maior queda, mas uma

arrecadação maior, isso surpreendeu nos meses de junho, julho e agosto e já em setembro também 23,7% maior do que 2019, isto não é só em Curitiba, é no País inteiro, o mercado de imóveis se aqueceu, em especial diante da baixa da Selic, os juros ficaram mais baixos, os rentistas desistiram de aplicações de renda fixa e muita gente passou a procurar imóveis também, o que aqueceu a arrecadação do ITBI. O IPTU se manteve relativamente constante, é um tributo que tem sobrevivido bem às outras quedas de tributos, tem feito o papel de cobrir as perdas, em especial, de ICMS, vou chegar no ICMS que é uma tragédia no Município de Curitiba, mas o IPTU vem respondendo muito bem em razão daquela atualização da planta, da mudança da base de 2014 que foi mantida até 2020, o IPTU realmente teve um salto qualitativo bastante importante. Com relação ao ICMS. Percebam que já vínhamos numa queda de ICMS histórica, mas perdemos muito no ICMS, perdemos 41% em maio, 34% em abril, tivemos uma perda em julho, em setembro tivemos um ganho por duas razões, a primeira é porque a economia aqueceu e a segunda é porque o ICMS é repassado toda terça-feira para o Município de Curitiba. Nós tivemos cinco terças-feiras em setembro. Então, tivemos uma terça-feira a mais, o que também refletiu no melhor resultado em setembro. Mas no acumulado estamos perdendo de abril a setembro trinta e seis milhões de reais, se olharmos de janeiro até setembro vinte e cinco milhões de reais só no ICMS, o que piora depois no Fundeb, e eu vou mostrar. O IPVA tem se mostrado relativamente constante, tivemos uma perda maior em abril, mas depois em junho foi recuperado, então, o principal impacto do IPVA no começo do ano antes da pandemia. Então, as pessoas já efetivamente pagam as parcelas ou mesmo à vista e o Município de Curitiba arrecada 50% dos veículos localizados aqui na cidade. O Fundo de Participação dos Municípios que é um dinheiro que Curitiba recebe da União Federal, nós tivemos uma queda expressiva, mas que foi superada com as transferências do Governo Federal, que vou chegar mais adiante. O Fundeb, da educação, uma queda muito significativa, quarenta e um milhões de reais entre março e agosto, no acumulado trinta e sete milhões de reais, tivemos um ganho em fevereiro, em especial, mas perdemos muito dinheiro do Fundeb, o que faz com que o Tesouro tenha que bancar recursos para a educação que eram anteriormente cobertos pelo Fundeb, em que pese as escolas estarem fechadas, o que gera uma certa economia (P) aí no custeio. Aqui o preço público das administradoras de tecnologia em transporte compartilhado, ATTCs: Uber, Cabify e 99. Essas atividades ainda não se recuperaram, tiveram uma queda imensa em abril, 72% na arrecadação do preço público. Depois 64%, 57% e estamos ainda em agosto com 48%, ou seja, os aplicativos realmente deixaram de circular em boa parte na Capital do Estado. Aí com relação ao ISS do transporte coletivo, tivemos uma queda bem acentuada em abril. Maio tem um certo parâmetro, deve ser algum recolhimento postergado ou alguma coisa assim, porque depois em junho, julho e agosto temos essa queda efetiva, que se reflete na queda do número de passageiros do sistema e na queda da receita do FUC, que é abastecido com o dinheiro das passagens do transporte coletivo. Vou voltar a dizer o número, a nossa queda acumulada com o FUC, a nossa frustração de receita prevista ao final do ano, é de seiscentos e cinquenta e nove milhões de reais; sem o FUC de trezentos e setenta e três milhões. Aí uma boa notícia para acabar do ponto de vista da pandemia, mas também nos fez superar alguns desafios, nós finalmente iniciamos o processo eletrônico para o contribuinte, com o ITBI. Então, o processo eletrônico, que se chama Procec, na Secretaria de Finanças, vai tratar do ITBI, IPTU e ISS. Acabará com o papel, que é algo que tínhamos como objetivo já fixado. Em 2017 foi iniciado esse trabalho, que agora começa a ser implementado já no ITBI. Percebam que em doze dias de trabalho com o Procec tivemos novecentos e setenta e dois protocolos abertos, economizamos em torno de duzentos e quarenta e três horas de trabalho. É mais rápido, porque não demanda o papel circular e obviamente uma economia também de papel. Começamos no ITBI, devemos passar para o ISS, IPTU e certidões. Imaginamos uma economia estimada em torno de um milhão e trezentos ou um milhão e quatrocentos mil reais em 2021, com essa automatização dos sistemas.

Também quero dizer, porque sei que é sempre uma preocupação aqui da Câmara, a questão do parcelamento do ITBI. Pois bem, foi homologado há pouco um credenciamento que a Secretaria de Administração fez para pagamento via cartão de crédito. Temos quatro empresas que foram credenciadas a fazer esse serviço e em breve o contribuinte vai poder pagar os tributos com o cartão de crédito. Sei que muitos Vereadores tinham cobrado isso e com razão e agora vamos poder oferecer essa opção ao contribuinte. Aí já passamos para a última parte da nossa apresentação, as nossas receitas do Município, até o final do segundo quadrimestre. Tivemos uma receita total de seis bilhões, cento e trinta e cinco milhões, uma queda de 0,39% nas nossas receitas correntes. A receita de capital, em especial os investimentos, que subiu 45,62%. Receita intraorçamentária, aqui em especial é nosso regime próprio de previdência, com uma queda de 8,25%, uma variação das receitas de 0,30% negativos. Vou explicar caso a caso daqui a pouco. Aí o quanto nós estamos, alcançamos nesse segundo quadrimestre em relação ao previsto na lei orçamentária anual. Aí o ISS, como mostrei, tivemos uma queda real acentuada de 8,13%, nominal de 5,89%. Nós vínhamos numa recuperação do ISS e 2020 seria o melhor ano do ISS, mas voltamos ao patamar de anos anteriores, em razão dessa queda. Percebam que o ISS vinha subindo e caindo, mas vinha subindo muito mais, tivemos um aumento significativo em 2019, que seria mantido em 2020, mas caiu, porém, temos certeza de que em 2021 devemos recuperar uma boa parte desses valores. Nossa estimativa de arrecadação. Em 2020 já arrecadamos 60,92% da nossa previsão, ao mesmo tempo, em 2019 havíamos arrecadado 70,78%, o que mostra que teremos realmente uma frustração do ISS até o final do exercício. Quem mais arrecada em Curitiba são cinco segmentos e os bancos, pela primeira vez, estão fora desses cinco maiores segmentos. Temos "apoio técnico, jurídico e contábil", com uma variação negativa, mas ainda é o nosso principal setor; "saúde e assistência médica"; "construção civil e engenharia"; "informática e tecnologia", que tem crescido muito e os "contribuintes eventuais", que passaram as instituições financeiras. Mas, mesmo assim, todos com uma variação negativa, quando comparados a 2019. Aí o IPTU, que tivemos um ganho nominal de 6,39% e um ganho real de 3,86%. Vale lembrar que boa parte do IPTU é pago à vista, e as pessoas agendam as prestações a serem pagas. Também vale lembrar que a Câmara aprovou aqui uma moratória do IPTU, não precisamos cobrar juros e multa se o IPTU não for pago até o final do ano, de alguma forma auxiliando o contribuinte. A evolução real do IPTU que tivemos desde 2013 e 2014, como mencionei, quando a planta genérica de valores foi atualizada, uma boa iniciativa na época. Tivemos um incremento de arrecadação de IPTU constante, então 4,15%, 8,29% em 2016. Aliás, 2016 foi o ano que a cidade teve o maior acréscimo de IPTU, vale lembrar isso. A arrecadação entre 2013 e 2016 sempre cresceu, como ela nunca foi receita. E até 2020 tivemos o IPTU crescendo bastante, com uma arrecadação bastante semelhante ao que tivemos em 2019, com uma pequena diferença, mas muito próximo ao que tivemos em 2019. Com relação em ITBI, tivemos uma queda, embora nos últimos meses o ITBI tenha apontado para uma variação bastante positiva. Possivelmente teremos um resultado melhor até o final do ano, uma queda real de 3,67%. O ITBI teve um ganho muito interessante, depois que o Município atualizou a sua legislação e passou a cobrar o ITBI quando lavrada a escritura. Antes disso, o ITBI era somente pago quando a escritura era averbada na matrícula do imóvel, o que deixava a cidade não só em desacordo com a legislação federal, mas também com um número muito expressivo de contratos que não haviam sido averbados. Então, tivemos um número bem significativo em 2018 e uma queda em 2019, é verdade, mas um cenário mais positivo, mesmo na pandemia agora em 2020, é o que estamos projetando. Percebam que mesmo em 2020 já arrecadamos um pouco mais da meta que tínhamos em 2019. Baixamos um pouco a meta em 2020, mas devemos ter uma boa arrecadação de ITBI, até o final do exercício. Aí a nossa pirâmide de receita tributária, todos os tributos e em especial a taxa de lixo do Município, com variações. Então os números positivos foram do IPTU e o Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial o valor que a Prefeitura retém dos

pagamentos da folha dos servidores da cidade. Essa parcela fica retida em favor da Prefeitura de Curitiba. Também pagamentos a fornecedores. O resto, um decréscimo na nossa arrecadação. Então, só das receitas tributárias uma queda real de 2,67%. Aí o histórico que temos, isso é sempre importante de trazer, desde 2013. Lá em cima o ISS, o nosso principal tributo, que temos defendido no debate da reforma tributária. Todas as capitais do Brasil, todos os prefeitos das médias e grandes cidades tem defendido a manutenção do ISS, que é um tributo fundamental para as cidades. E em contrapartida as reformas querem concentrar essa arrecadação na União e nos Estados. Está aí o ISS, o nosso principal tributo. Caímos infelizmente em 2020, um bilhão, cento e dezesseis milhões, a nossa previsão. Voltando ali, até na verdade é a maior baixa histórica, se confirmarmos essa queda em 2020, que ainda é uma previsão, mas teremos 2021 com alguma recuperação. A linha verde é do IPTU. Como eu disse, desde 2014 vem numa crescente importante para a cidade. Depois vem o Imposto de Renda Retido na Fonte, a taxa de lixo e também o ITBI na linha azul claro. Esses são os tributos que a cidade administra, como receita própria e tem as transferências também. Tivemos também um acréscimo aos custos. O Governo Federal mandou mais recursos, em razão da pandemia. Recebemos um valor 43,01% maior do que no mesmo período em 2020. Depois o ICMS, que só perdemos. Curitiba só perde ICMS. É inconcebível que Curitiba, que presta serviços, não só para a cidade, mas para toda a Região Metropolitana, continue perdendo em prol de áreas rurais, que embora importantes não tem a mesma quantidade de serviços públicos prestados, como é o caso de Curitiba. Realmente é lamentável essa perda, que os critérios desfavoreçam a capital do Estado, que mais presta serviços públicos, que mais agrega à população, enquanto na Assembleia não se tem uma solução para os 25%. Nós já sugerimos soluções, mas infelizmente até agora não tivemos resultado. Aí o Fundeb, com uma queda significativa, eu já mostrei lá atrás. O IPVA praticamente o mesmo valor e outras transferências, aqui sim aparece o dinheiro que o governo federal mandou: duzentos e cinquenta e quatro milhões de reais. Temos em torno de duzentos e vinte milhões de transferências da Covid. Esse dinheiro foi utilizado para pagamento das despesas de saúde, pagamento das despesas do regime emergencial também do transporte coletivo, aquisição de medicamentos, enfim, outras despesas que o Município arcou durante a pandemia. Aí o Fundo de Participação dos Municípios, com uma queda que foi relativamente coberta com as transferências do governo federal. Quanto ao FNDE, também perdemos dinheiro do FNDE na educação. Convênios de capital, um valor menor, vinte e seis milhões, um aumento de 64%, que significa o seguinte, que mesmo no ano passado, 2019, não tínhamos convênios, porque vinte e seis milhões de reais numa cidade que está investindo trezentos e cinquenta e seis milhões de reais. Percebe-se aí que os convênios têm representado uma parcela pequena, isso significa dinheiro de outros entes, seja do Estado, seja da União. Mostra que Curitiba tem feito muito com os recursos próprios e também com a sua condição fiscal, que lhe dá chance de ter operações de crédito vantajosas. Nos convênios correntes também tivemos uma queda bastante expressiva, mais um dado comprova o que eu falei. Outras transferências de capital, aí com valores menores, oito milhões, em torno de 16% de aumento. Aí as nossas principais transferências. O ICMS que já foi de oitocentos e cinquenta e quatro milhões de reais em 2013 e oitocentos e quarenta e dois milhões de reais em 2014, está em quinhentos e sessenta e cinco milhões de reais em 2020. Realmente é frustrante o Estado não contribuir com o ICMS para as cidades. Esse critério de ICMS desfavorece muito a Cidade de Curitiba. Pouco importa, na minha opinião, que as grandes indústrias, como por exemplo a Ambev, tenham saído de Curitiba, porque os critérios mesmo assim não favorecem as cidades que tem uma população maior. Isso realmente vamos precisar de alguma forma sensibilizar o Estado, em especial o Poder Legislativo, nas próximas gestões. Ali é o Fundo de Participação dos Municípios, que é uma receita importante, mas relativamente pequena, quando comparada as outras, ao contrário dos pequenos municípios que dependem muito mais do Fundo de Participação dos Municípios. Vejam que

Curitiba nem ganha e nem perde, essa receita se mantém praticamente constante na última década. Aí o ICMS, como mencionei. Esse é o índice, é o fator pelo qual é calculada a participação do Município de Curitiba. Em 2013 era de 0,14% e em 2020 0,09%. Aí está, não preciso falar mais nada, uma queda de 31% nesse período do índice de participação da Cidade de Curitiba. Vamos passar para as despesas e aí já encerramos a apresentação e passamos para os comentários. Tivemos nas despesas correntes um acréscimo de 1,4%, já adianto que esse acréscimo em especial se deve à saúde, um acréscimo nas despesas de saúde para combater a pandemia e também o transporte coletivo, o regime emergencial que a cidade instituiu para manter o serviço funcionando, as pessoas circulando na cidade. Aqui despesas de capital e aí sim investimentos que subimos muito, as reservas permanecem iguais e as receitas intraorçamentárias, que são também reflexo da questão patronal do IPMC. Posso falar disso mais adiante. Um aumento nas despesas de 3,54%, somando todas, tanto as despesas correntes, como também investimentos e ali ao lado a nossa previsão em relação a lei orçamentária, a previsão da LOA. Curitiba tem, como mostrei no início, um orçamento muito ajustado, (M) não é para menos que fomos considerados a primeira Capital, em primeiro lugar, segundo a Secretaria do Tesouro Nacional. Então, o nosso orçamento, não diria que é rígido, mas diria que é muito planejado do ponto de vista de não ter furos. É claro que existem sempre desafios, em uma cidade do tamanho de Curitiba temos desafios diários na execução orçamentária. Mas é um orçamento, hoje, muito mais equilibrado. Aí as nossas despesas. (Slide) Tivemos uma diminuição dos juros e encargos da dívida. Isso reflete duas coisas: já pagamos boa parte da nossa dívida com os leilões, que tínhamos; e também reflete a suspensão de parcelas de empréstimos de Caixa Econômica e Banco do Brasil, que foi autorizada pela lei nacional, a Lei Complementar 173. Aí as nossas despesas de pessoal, mantiveram-se praticamente estáveis: 0,06%. E as outras despesas correntes, com um acréscimo de 1,82%; aí entram tanto a saúde como o transporte coletivo. Inversões financeiras é o valor que é destinado às nossas empresas, as indiretas; recentemente, a Câmara aprovou também um acréscimo para cobrir concessões que foram dadas aos permissionários dessas companhias, a Cohab, a Urbs e a Agência Curitiba, que tem feito um trabalho importante do ponto de vista da pandemia. A nossa dívida, como eu disse, a amortização da dívida, 30% a menos, está em dia, mas é que o estoque da nossa dívida diminuiu. E, aí sim, os nossos investimentos, quando comparados ao ano passado; e eu havia dito isso no ano passado, que nós teríamos este ano sim um acréscimo muito significativo de investimentos. E por que tivemos um acréscimo? Não só pela condição financeira, mas é porque investimentos demandam projetos, projetos demandam licitação. Então, tem que ter um planejamento. Este é o ano que Curitiba mais investiu, e pretendemos permanecer dessa forma, inclusive, no próximo ano. Esses são os precatórios. Nós pagamos uma quantidade grande de precatórios, em especial em 2018 e 2019, os maiores valores de longe, quando comparados desde 2004. Lembro que em 2018 e 2019 estávamos pagando desapropriação da Caximba realizada em 2003, salvo engano. Então, percebam o quanto isso fica para frente. E tivemos um estoque já um pouquinho mais amigável, sessenta e dois milhões. Mas, mesmo assim, maior do que todos os anos entre 2013 e 2016. Então, tivemos um acréscimo grande também de precatórios. Esse, talvez, além daquele primeiro, seria o segundo gráfico mais importante, eu diria, e que temos trazido em todas as apresentações. Esses são os valores dos aportes para o Regime Próprio da Previdência, o quanto temos no orçamento da cidade aprovado. Vejam. Em 2016 e 2017, não existia a previsão de nenhum recurso para aporte ao IPMC. Essa despesa existia e essa despesa não era paga; essa despesa virou dívida a ser paga em quinze anos pelos contribuintes curitibanos. Bom. Colocamos com muito esforço e com o auxílio da Câmara, é preciso sempre lembrar, essa despesa para dentro do orçamento. Hoje, pagamos rigorosamente em dia os aportes ao Regime de Previdência, e não foram suspensos mesmo com a pandemia. Temos, este ano, trezentos e cinquenta e um milhões de reais. Infelizmente, esse número cresceu muito em 2021, para

quatrocentos e trinta e um milhões de reais, que é o número que estamos prevendo para o orçamento da cidade em 2021. Aí, já passando à parte final, o nosso resultado primário. Até o segundo quadrimestre, tivemos um resultado positivo: quinhentos e oitenta e sete milhões de reais. É claro que ainda existe muita coisa até o final do ano, esse resultado se reflete melhor ao final do ano. E o resultado nominal, com uma previsão de noventa e oito milhões, uma previsão melhor, quinhentos e cinquenta e cinco milhões. O resultado nominal, na verdade, quanto menor ele é, melhor. Porque significa o quanto a cidade tem para pagar as dívidas. E volto a dizer: hoje, Curitiba, se bem que se quisesse poderia pagar todo o seu estoque de dívida. Já disse isso na audiência passada e fui questionado, inclusive, por que a cidade não o faz. Olha, não o faz justamente para enfrentar momentos como esse, como a pandemia. Quando eu disse isso na audiência passada, nós nem pensávamos, é verdade, que estaríamos enfrentando isso. Mas a cidade tem um rigor fiscal que lhe possibilita conduzir mesmo em momentos de crise. Então, aí é uma Receita Corrente Líquida num aumento. Mas vale lembrar que esse aumento é de doze meses, até o final do ano ele vai ser corrigido. Então, estou comparando setembro de 2019, doze meses para trás. É claro que, então, estou pegando o final do ano passado, enfim, um acréscimo mais significativo; até o final do exercício, esse número deve ser corrigido, e vai ser corrigido para baixo, em razão da frustração da receita. Aí o nosso limite de pessoal: um máximo de 54%; prudencial de 51%; e estamos em 40,99%, já sem o FUC. Então, a trajetória da nossa despesa de pessoal: em 2017, 50%; nós conseguimos, seja pelo acréscimo na receita, seja pelo controle efetivo das despesas de pessoal, manter 40,99%, o que mostra uma rota mais saudável do ponto de vista da Prefeitura de Curitiba. A nossa dívida consolidada, um bilhão, trezentos e setenta. A consolidada líquida, um bilhão, seiscentos e quarenta e sete, significa que temos condições, como está entre parênteses ali, de pagar o que temos de dívida; então a posição do Município é extremamente confortável. Não é para menos que sempre temos instituições oferecendo empréstimos, ou mesmo operações de crédito com valores mais interessantes para Curitiba. É o caso do BID e da AFD, que vão representar investimentos muito significativos para a cidade, uma operação de crédito importante e barata, e que também nos auxilia com o know-how que esses órgãos têm. Então, esse é o gráfico que mostra, na linha azul, a dívida consolidada bruta. Percebam que tivemos um acréscimo entre 2016 e 2017, que é justamente a dívida da previdência de 2015 e 2016. Essa dívida foi decrescendo, chegou a um bilhão, cento e cinquenta e sete em 2020. Ou seja, fomos só pagando dívida. E ela deve crescer em 2021 justamente em razão das operações de crédito, em especial da Agência Francesa, que deve entrar já em 2021. Na linha mais clara, é a dívida quando comparada com a posição de caixa do Município. Então, percebam que temos, hoje, 2020, uma condição, mesmo durante a pandemia, bastante confortável do ponto de vista da administração fiscal da dívida. Bom. Aí os recursos da saúde. Isso é fruto do planejamento orçamentário, e já estou me encaminhando para o final. Tínhamos, em 2016, um orçamento inicial, ou seja, a Lei Orçamentária do Município era protocolada com dezoito milhões de reais para a saúde, enquanto se gastou cento e sessenta e cinco milhões; só o contrato da FEAES, naquela época, devia ser em torno de quinze, quatorze milhões de reais, não pagava nem duas parcelas do contrato. Fomos corrigindo essa trajetória. Então, já temos trezentos milhões de reais na saúde, que equivalem a aproximadamente, claro, estamos numa época de pandemia, é mais difícil prever, mas equivalem aproximadamente ao gasto efetivo que a saúde tem a cada exercício. Aí o nosso perfil da dívida externa, os valores das operações ainda antigas do Município: trezentos e dez milhões com o BID; e uma parcela de cento e oitenta e um milhões de reais com a Agência Francesa. Esse número cresceu, se comparado com a apresentação anterior, em razão da valorização cambial, que também afeta essas operações, embora o saldo fique para o Município. Então, aí é o nosso perfil da dívida. Como eu disse, a nossa maior dívida é o IPMC, é o RPPS, dívida de 2015 e 2016. E, aí, vêm as outras: Caixa Econômica Federal; novação, já caiu bastante; precatórios; o Pasep, que é

outra anomalia do sistema tributário brasileiro. Para quem não sabe, o Pasep significa que o Município paga 1% de todas as suas receitas para a União Federal, ou seja, tudo que entra no Município. Inclusive, fomos, em 2013, 2012, autuados por não passar o recurso da passagem de ônibus do Pasep. A Procuradoria tem discutido isso judicialmente, um bom trabalho tem sido feito nesse sentido. Mas a União nos cobra 1% sobre as nossas receitas. E aí as outras operações de saldo da dívida interna do Município. Nosso limite com garantias é baixo, estamos aí em 3,05%, enquanto que a Resolução do Senado fixa o alerta em 19,8%. A bem da verdade, a maioria dos municípios do País tem um endividamento baixo; com exceção de São Paulo e outras cidades maiores, talvez Rio de Janeiro, todas as outras têm um nível de endividamento baixo, o que significa que as cidades poderiam, de forma planejada, de forma sustentável, investir mais com títulos. É algo que tenho dito, tive a oportunidade de falar ao Ministro Paulo Guedes, nesse sentido falei ao BID também. As cidades precisam ter mais alternativas de captar dinheiro a instituições de crédito, ou mesmo órgãos multilaterais. Título seria realmente uma revolução para as cidades. Aí limites com operações de crédito, também baixos, 0,81%. Temos um limite máximo de 16% para operações internas e externas; e antecipação de receita, que a cidade nunca faz, de 7%. E, finalmente, publicidade e propaganda, um limite, na Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal, que foi aprovada por esta Câmara, de 0,60%, nós estamos em 0,10%. Ou seja, bastante abaixo os limites. E aí os índices, um número provisório. Até o final do ano, na saúde, temos uma despesa de 21,46%, uma receita de três bilhões, e uma despesa empenhada de seiscentos e sessenta e três; na educação, uma receita de três bilhões, cento e seis, e uma despesa de setecentos e quatorze, estamos em 23%, chegaremos, ao final do ano, no limite constitucional de 25%, embora outros municípios tenham dificuldade. Era isso. Finalizo por aqui a minha apresentação e fico à disposição, Presidente Paulo Rink, para as perguntas que venham a ser feitas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado, Sr. Secretário, pela apresentação, pela explicação muito didática, muito objetiva. Sabemos que falar sobre as finanças do Município de Curitiba nesse momento de pandemia é preocupante. Nós tememos alguns baques nessa questão da economia, mas, graças a Deus, sobrevivemos, como a população brasileira vem fazendo também quanto a essa questão do vírus, batalhando e tentando fazer da melhor forma. Parabenizo-o pela prestação de contas para a Comissão e para todos os Vereadores. Eu vou direto, então, aos Srs. Vereadores, lembrando, mais uma vez, que estamos recebendo as perguntas pelo YouTube; há os elogios que recebemos pelo YouTube também, e agradecemos, pela transparência da Câmara Municipal. É gostaríamos de já dar, direto, a voz aos integrantes da Comissão de Economia. Estamos aqui, Secretário, com um sistema on-line dos inscritos. Então, no primeiro bloco, temos os Vereadores Professora Josete, Mauro Ignácio e Ezequias Barros. Passo a palavra agora à Vereadora Professora Josete. Vereadora, a senhora tem de dois a três minutos para concluir a sua pergunta. Se quiser fazer alguma pergunta depois, abrimos a palavra novamente, e vamos tentar tocar tranquila essa audiência pública. Está com a palavra, Vereadora Josete, por favor.

A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos. Bom dia, Srs. Vereadores, Secretário Vitor Puppi, cidadãos que nos acompanham pelas redes sociais. Nós observamos que, em relação às despesas, principalmente em administração e segurança, houve um aumento dessas despesas. Então, gostaria que o senhor pudesse falar um pouquinho sobre isso, uma vez que, na segurança, talvez, haja algo mais concreto, mas, em relação à administração, nesse momento de pandemia, com quem trabalha on-line, etc., o que justifica o aumento dessa despesa. Também gostaria de saber se foram... Aprovamos aqui na Casa alguns projetos para garantia de acesso a crédito. Existe um levantamento de quantas pessoas jurídicas já conseguiram acessar esse programa? E se já foi destinada uma parte desses recursos. Em relação à cultura, também gostaríamos de saber se, com a aprovação da Lei Aldir Blanc, o Município já acessou esse programa, como é que está o andamento em relação a esses

recursos, que são fundamentais para a sobrevivência dos artistas. E, da mesma forma, em relação aos recursos destinados à Urbs e à Cohab, como é que está sendo a implementação dessas políticas para garantir descontos ou parcelamentos de dívidas, enfim. Também gostaria de fazer um questionamento em relação à questão de segurança alimentar e nutricional. Aqui, obviamente, não temos um detalhamento (L) nessa prestação de contas, mas gostaria de saber se o senhor tem números, porque claramente a pandemia agravou o problema do desemprego, enfim, de acesso a renda, mesmo na informalidade nós tivemos aí um impacto muito grande, muitas pessoas deixaram de trabalhar por conta da pandemia. Então, gostaria de saber o investimento em relação à segurança alimentar e nutricional, o que é fundamental. E outro aspecto, só pra finalizar, gostaria também de saber o que o senhor avalia. O senhor mostra números bastante positivos em relação à saúde financeira do Município, mas a nossa cidade é uma das capitais, inclusive, mais desiguais da América Latina. O que o senhor acha que poderia ser feito, visto que nós temos uma saúde financeira, para reduzir as desigualdades sociais em Curitiba?

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Josete. Com a palavra o Vereador Mauro Ignácio.

O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado. Bom dia, Presidente Paulo Rink, Vereadores. Eu quero iniciar pedindo data vênua máxima. Secretário Puppi, permita-me discordar de V.Exa. na sua fala que eu acompanhava atentamente, porque esta não será sua última apresentação. Eu creio que o senhor naturalmente no próximo ano será novamente convocado para dar seus bons serviços à cidade. Certamente a cidade ganhou muito com a sua experiência, com a sua ousadia, e só quem crê é que pode enxergar os avanços da nossa cidade. Realmente, Curitiba que entrou com uma dívida de mais de dois bilhões teve um ajuste fiscal, e esta Casa e a maioria dos Vereadores tiveram a coragem e a responsabilidade de votar em favor da cidade. E hoje a cidade, na gestão Rafael Greca, colhe os frutos dessa ousadia e responsabilidade da maioria dos Vereadores. Naturalmente eu respeito a oposição, mas não aqueles que torceram pelo caos da cidade, pela derrota de Curitiba e que queriam ver Curitiba numa situação desastrosa. E hoje, mesmo com a Covid que abalou o mundo, Curitiba hoje é destaque. V.Exa. tem ajudado e temos acompanhado sugestões na reforma tributária, então, Curitiba passou a ter o respeito, como sempre teve no passado, há décadas, e Curitiba passa ser a referência para o Brasil e para o mundo. Isso é possível com uma gestão responsável, isso é possível com as finanças equilibradas, isso é possível com o nosso Prefeito Rafael Greca, com a sua disposição, com o seu ânimo, com seu amor por Curitiba. Então, Secretário, hoje as minhas palavras são de agradecimento por tudo que aconteceu nessa cidade, Curitiba não hesitou em ir para linha da frente, Curitiba hoje tem avanços em todas as áreas da nossa cidade e isso nos dá orgulho de representar a cidade no momento de turbulência sim, mas no momento de muitas conquistas em favor da população. Então, o meu agradecimento em nome da base que deu sustentação à cidade e continuará dando sustentação, porque queremos sim ser orgulho e referência para o Brasil e, quiçá, para o mundo. Muito obrigado, Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Ezequias Barros.

O Sr. Ezequias Barros:- Obrigado, Presidente. Eu quero parabenizar o Secretário Vitor Puppi pelo trabalho que fez nesse tempo à frente da Secretaria, não poderia ser diferente. Eu quero realmente cumprimentar não somente o senhor, mas toda a equipe que tem feito um trabalho que é visto por todos e fez toda diferença nesse tempo. E desejar que o senhor possa continuar no futuro governo à frente da Secretaria, porque como é difícil encontrar bons administradores, pessoas com os pés no chão e que fazem diferença. Mas eu quero fazer duas perguntas, elas estão juntas, Secretário, e claro, parabenizar o Prefeito por trazer o senhor à frente desta Secretaria. Pergunto ao senhor se os imóveis em parceria com a Cohab, imóveis de regularização em parceria com a Cohab, existe uma regulamentação para o não pagamento do ITBI no primeiro registro, se não, há possibilidade das famílias de

parcelamento desse ITBI? Porque eu estou cuidando, vendo uma situação de uma área e as pessoas têm me falado da dificuldade de fazer, porque não estão conseguindo a isenção, e aí o pagamento do ITBI inviabiliza a regulamentação, a regularização. A minha pergunta está em cima disso, justamente porque estou tratando com esta situação. No mais, Secretário, muito obrigado pela atenção e desejar um futuro promissor. Abraços.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Secretário Vitor Puppi.

O SR. VITOR PUPPI:- Quero agradecer as perguntas, vou começar pelas perguntas da Professora Josete, todas muito bem colocadas. Começar pela última, a questão da desigualdade social que eu acho que é um problema, obviamente, não só de Curitiba, não só do Brasil, mas é de boa parte do mundo. Nós temos pensado e refletido sobre o tema e entendido que a cidade, o combate que você está falando com investimento público. Nós precisamos ter mais infraestrutura disponível, nós precisamos dar mais acesso e inserir essas pessoas que estão à margem da sociedade e isso se faz com investimento público. E investimento público só se faz se existem condições fiscais. Quando eu vejo, inclusive, um debate nacional, os estados dizendo: não, nós precisamos primeiro ter a dívida, precisamos primeiro esquecer meta fiscal para depois fazer investimento. Não é verdade, porque o Brasil infelizmente não emite dólar, se nós estivéssemos emitindo moeda no padrão mundial, que é o dólar, não teria como preocupar, mas nós precisamos ter rigor fiscal para, daí sim, alcançar as condições para um investimento público sustentável, que é o que deve acontecer, por exemplo, na Caximba. Talvez um dos maiores exemplos da desigualdade social de Curitiba seja o bairro da Caximba, tenho certeza que nos próximos anos esse projeto magnífico que foi feito pelo IPPUC junto com a Agência Francesa vai ter uma boa resposta que a cidade pode dar a essa parte da desigualdade social, que realmente preocupa. É claro que não é só obra, existem também outras medidas que eu acho que são importantes, mas eu gostaria de falar da importância do investimento público, da inserção dessas pessoas na sociedade e isso, no nosso ponto de vista, só se faz com rigor fiscal. Com relação às outras perguntas, em especial nas despesas na área de administração, por que não caíram tanto? Nós aprovamos uma lei, a Câmara aprovou, a cidade conseguiu manter o emprego de muita gente que trabalhava nessas prestadoras de serviço mediante uma contraprestação da Prefeitura. Então, exemplo do que aconteceu no Governo Federal, a cidade optou por pagar prestações desses contratos em troca da manutenção do emprego dessas pessoas. Então, por isso também o gasto não diminuiu tanto. É verdade, poderíamos ter diminuído mais, mas optamos aí, até do ponto de vista social, por manter esses empregos, são milhares de pessoas que acabam prestando serviços para a Prefeitura, em especial na área de limpeza e conservação, e esses empregos foram mantidos, por isso que o custeio, isso é basicamente custeio, ou não caiu ou subiu um pouco. E subiu, também, em razão do investimento nesses equipamentos, EPIs, gastamos bastante com isso também, esse dado pertence à Secretaria de Administração, se for o caso, podemos pedir também. Na questão de segurança, sinceramente, me parece que pode ser, em especial, relacionado à guarda municipal, nós tivemos um incremento de guardas, e o incremento de guardas gera uma despesa maior com munição, uniformes, armas, todo esse arsenal que vem quando se acrescenta mais guardas ao serviço público. Mas, em especial, Vereadora, se houver algum contrato, alguma questão eu precisaria olhar, porque realmente não tinha isso no meu monitor aqui, um acréscimo tão significativo. Com relação ao fundo de abalo que foi aprovado na Câmara, vale lembrar que a cidade já disponibilizou dez milhões que vão se tornar cem milhões nessa sociedade garantidora, isso está a cargo da Administração, que já fez um contrato com o Sebrae, vai ser operado pela agência Curitiba. O Sebrae já está anunciando. Com relação ao número de participantes eu não tenho, acredito que isso possa ser informado pela Agência Curitiba, que é quem vai fazer a ponta dessa operação, quem está fazendo, em especial, nas Ruas da Cidadania. Vale lembrar que a cidade tem uma dificuldade também de anunciar essas medidas em razão de período

eleitoral, então, muita coisa que foi aprovado não é possível ser anunciado, não é possível fazer uma campanha um pouco mais efetiva em razão das limitações que a lei eleitoral impõe aos gestores. Então, infelizmente não conseguimos ainda, acredito que depois da eleição vai ser possível divulgar de uma forma um pouco mais incisiva, mas esses dados com relação aos participantes, eu pediria que fosse solicitado à Agência Curitiba e à Secretaria de Administração. Na Cultura nós colocamos, nós antecipamos três milhões de reais pelos editais, e esses doze milhões de reais da Lei Aldir Blanc já chegaram ao Município, a Fundação Cultural já tem feito os editais, deve lançar mais um edital em breve, já lançou outro edital, então isso tem avançado bem. Eu acho que nós já conseguimos dar uma resposta para o setor e vai ser feito muito mais, porque existe dinheiro, aliás, é um dinheiro, comparativamente aos outros anos, doze milhões de reais é bastante coisa, é um dinheiro bem significativo que eu tenho certeza que vai auxiliar o setor que ficou naquele gráfico das cores, não tive tempo de explicar, mas ele mostra também que essas atividades foram bastante impactadas. Na segurança alimentar, vale lembrar que nós temos aí na educação em torno de cento e oitenta mil cestas por mês que são fornecidas às famílias dos nossos alunos nas escolas. E isso se faz também com uma verba bastantes significativa de custeio, que não era nossa merenda, virou em boa parte essa atenção a essas famílias, as cestas básicas, e também um incremento no Armazém da Família. Com relação aos números em si, posso passar, até tenho certeza que a equipe de Finanças está me escutando, podemos passar, em especial, tanto os valores com relação às cestas como do Armazém da Família, esse incremento, ao gabinete da Vereadora já logo após audiência. Urbs e Cohab, foi aprovado aqui na Câmara aquele envio de recursos justamente para aliviar os permissionários, então, aquelas pessoas das lojas alugadas, vans, os permissionários tiveram aí também na Cohab as prestações diferidas no tempo. E o que aconteceu? Como difere prestação, cai a receita da Urbs e da Cohab, então, o Município tem que fazer um esforço maior para, de certa forma, cobrir esse fundo nesse período de pandemia. Então, por isso que foi aprovado também, para dar possibilidade para os permissionários do Município. Acho que respondi todas, se deixei alguma, Vendedora, me desculpa, mas estou à disposição também para responder. Com relação ao Vereador Mauro Ignácio, quero agradecer muito as palavras, dizer que são quatro anos de trabalho duro, um trabalho desgastante, não é um trabalho fácil, mas é um trabalho recompensador servir. E eu não posso deixar de dizer (J) que a Câmara Municipal, diante de um debate democrático saudável, acho que funciona realmente assim, sempre apoiou tanto as iniciativas que tivemos, confiou. Quero agradecer sinceramente, lá em 2017 pedi a Deus que me dessas condições de transmitir à Câmara as dificuldades que tínhamos. Deus ajudou, a Câmara ajudou muito e o Prefeito Rafael Greca teve também coragem de enfrentar medidas que não são populares, que não são fáceis de serem tomadas, mas que colhem frutos. Poderíamos estar hoje aqui na pandemia falando de quando pagaríamos coisas atrasadas. Quero dizer, foi a maior frustração de arrecadação da história da cidade e não temos uma conta atrasada. Estamos investindo o dobro que investimos em 2016. É claro que, para que isso seja mantido, o trabalho é contínuo. Não nos enganemos, é preciso fazer muita coisa, e será preciso fazer coisa nos anos de 2021, 2022 e 2023, e a Câmara certamente será chamada à sua responsabilidade. Com relação à Cohab temos aí até cem mil reais isenção no ITBI, já entrando na pergunta do Vereador Ezequias, e de cem mil a cento e cinquenta mil uma alíquota de 0,5%. Acima disso, volta a 2,7 %. Se houver a possibilidade de alguma proposta diferente no ITBI da Cohab, podemos estudar sim. Acho que isso a gente pode avançar, até do ponto de vista dos valores, a atualização de valores, acho que é possível avançar na análise dessas questões. Estou à disposição, Vereador Ezequias. Quero dizer que esses projetos que V.Exa. encaminhou, projetos bons, não conseguimos ainda atender todos, em especial em razão deste ano, mas estão conosco. Temos lá as suas solicitações que ora serão atendidas, tenho certeza disso, da melhor forma. Era isso, neste primeiro bloco, Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Já passei no grupo os Vereadores inscritos no próximo bloco.

Obedecemos a sequência dos Vereadores que entendam, primeiro estou dando oportunidade aos Vereadores da Comissão de Economia. Temos inscrito no segundo bloco, Vereador Serginho do Posto, que é o Vice-Presidente desta Comissão, à Vereadora Noemia Rocha e ao Vereador Herivelto Oliveira. Terceiro bloco, por enquanto, temos o Vereador Pier Petruzzello, Mauro Bobato e o Oscalino do Povo. Então, vou de pronto, liberar a palavra para o Vereador Serginho. Serginho, você está com a palavra para fazer questionamentos, tem dois minutos para seus comentários e questionamentos. Obrigado. O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Cumprimento o Sr. Presidente Paulo Rink... O senhor me ouve bem, Presidente? O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Todos bem. O Sr. Sérgio R. B. Balaguer - Serginho do Posto:- Cumprimento os Vereadores, os cidadãos que nos acompanham. Faço uma saudação ao Secretário Vitor Puppi e toda a sua equipe da gestão de finanças deste Município, uma importante pasta e uma das principais pastas que a administração tem a responsabilidade. Secretário, queria parabenizá-lo, ao longo desse período que o senhor está à frente da Secretaria de Finanças e também da forma didática, prática para que as pessoas possam entender a complexidade do orçamento público. Tenho quatro perguntas à V.Sa. e a primeira delas é: "Além do orçamento previsto para a arrecadação para 2021, acredito que será entregue nos próximos dias na Câmara, temos vários convênios que esta Casa aprovou, boa parte dos Vereadores aprovou esses convênios e acredito que a partir de 2021 teremos recursos para fazer frente a grandes e importantes obras no Município de Curitiba. Gostaria que V.Sa. pudesse nos colocar o montante desses convênios, que já estão aprovados e nos próximos meses acredito que comecem a serem licitados. Uma segunda pergunta é em relação à lei que esta Casa reformulou e adequou para o pagamento de indenizações aos servidores aposentados do Município de Curitiba, com as suas licenças-prêmio não fluidas. Eles precisam receber essa pecúnia, se nós já temos ou a Secretaria já preparou, dentro daquela previsão de dez milhões, um cronograma para o pagamento desses aposentados. Também gostaria de saber se há um estudo e se podemos começar a articular uma discussão Câmara e Município de Curitiba em relação à contribuição de melhoria. Dinheiro esse que ajudaria muito no orçamento, enquanto os moradores do Município de Curitiba poderiam estar pleiteando obras e serem partícipes, de alguma forma, deste pagamento de contribuição de melhoria. Não temos nenhum programa que seja sustentável, que seja uma contribuição justa e que possa ser, de alguma forma, aplicável, vamos dizer assim. E, finalizando, queria parabenizar o senhor, que é Presidente da Abrasf - Associação Brasileira de Secretarias de Finanças, que tem feito uma discussão muito responsável com o Congresso Nacional, com a Fazenda Nacional, através do Ministro Paulo Guedes, em relação à reforma tributária que está sendo discutida no Congresso. Parabenizo a você e toda a equipe de finanças que estão frente a essas discussões a nível Brasil, pois teremos impacto diretamente com as alterações na lei federal que está sendo discutida no Congresso Nacional. Então fica aqui, mais uma vez, a minha saudação e também parabenizo e faço meus votos de melhora, de recuperação ao Prefeito Rafael Greca e à sua esposa Margarita Sansone. Estou aproveitando essa oportunidade, Vereador Paulo Rink, até para desejar a melhor e rápida recuperação ao Prefeito. Sr. Secretário, era isso. Agradeço a atenção, Presidente. Encerro a minha fala e lhe devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Serginho. Concedo a palavra à Vereadora Noemia Rocha para fazer seus questionamentos ao Secretário Puppi.

A Sra. Noemia Rocha:- Obrigada, Sr. Presidente. Vou fazer minha fala sem vídeo para me aproximar mais do áudio. Ok? (Assentimento). Quero cumprimentar o Secretário Puppi, cumprimentar o Presidente Paulo Rink e a Comissão, e toda a equipe de finanças da Prefeitura. Primeiro quero agradecer ao Secretário Vitor pelo carinho em um período muito difícil da minha vida, fez-se muito presente, já agradei publicamente na Câmara, mas faço questão de agradecê-lo pela sua humanidade demonstrada neste período, independente de ideologia. Secretário, tenho uma preocupação em relação aos hospitais. Nesse período de pandemia a

gente sabe que são os que mais estão sendo exigidos, cobrados e têm feito um trabalho com excelência. Gostaria de saber se estão sendo contemplados, se está tudo em dia o repasse do Governo Federal. E também, Secretário, o convênio com a Prefeitura e os hospitais em relação à prestação de serviço. Tem pendência? O senhor sabe, fazemos parte da comunidade evangélica, trabalho no Hospital Evangélico há trinta anos como voluntária, então acompanho toda essa trajetória. E a nossa preocupação são os convênios, a prestação de serviço, aquele 'a mais' que os hospitais estão fazendo, estão sendo repassados através da Secretaria de Saúde, todo trabalho, porque quatro milhões para o hospital no dia a dia faz a diferença. Outra pergunta também, Secretário, em relação as emendas parlamentares destinadas também aos hospitais. A informação que temos é que ainda não foram repassadas e há uma urgência, volto a afirmar, nesse período de pandemia, de equipamentos, de subsídios, de prestação de serviço, que eles precisam e que foram contemplados com as emendas parlamentares dos Vereadores. Não só os hospitais, Secretário, mas todas as emendas vão ser contempladas? Temos essa tranquilidade que, até 31 de dezembro, teremos esse repasse. Foi falado aqui também da licença-prêmio. A nossa preocupação também, porque temos servidores públicos desde 2014 aguardando, foi uma pergunta antecipada, vou aguardar a resposta. Outra preocupação também, que foi falado aqui, é com a baixa renda. As pessoas em situação de rua, a nossa preocupação, porque com a crise sanitária, vivemos uma crise econômica, pequeno empreendedor, pequeno empresário, pequeno comerciante, como a Prefeitura está trabalhando nesse final de quadrimestre para essas pessoas? E planejando também, porque a Prefeitura continua, independente de quem vai assumir, como está sendo planejado isso para próxima legislação, para o próximo Executivo? Essas são minhas perguntas e, mais uma vez, muito obrigada, Secretário, pelo seu carinho à minha pessoa em especial. Muito obrigada. Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Noemia. Temos na sequência o Vereador Herivelto.

O Sr. Herivelto Oliveira:- Bom dia, Paulo, obrigado pela palavra. Bom dia, Secretário Puppi. Estão me ouvindo? (Assentimento). A Vereadora Noemia, de certa forma, já fez a pergunta que eu ia fazer em relação às emendas parlamentares. Como está o cronograma da Secretaria para o pagamento dessas emendas? Sabemos que algumas não foram pagas em função da pandemia, como, por exemplo, a de Corpus Christi, que o dinheiro acabou sendo destinado, se a memória não me falha, para o Fundo de Segurança Alimentar, e outras em função de eventos. Mas queria saber com o Secretário como está essa liberação. Se todas vão ser liberadas, as que não têm diretamente ligação com a pandemia. E saber se já existe um cronograma para as emendas de 2021. É isso, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Ok., Vereador Herivelto. Obrigado pela participação. Secretário, vou devolver a palavra ao senhor agora, após os questionamentos da Vereadora Noemia e dos Vereadores Serginho e Herivelto. Só lembrando também que estamos sendo acompanhados pelo YouTube, e o Tobias Sanson, assessor da Vereadora Professora Josete, também perguntou sobre a licença-prêmio. É uma pergunta que vem sendo recorrente no YouTube, então o senhor aproveita e já responde, e foi também o questionamento do Vereador Serginho do Posto, e estamos também atendendo a população pelo YouTube e pelo e-mail da Comissão de Economia. Secretário, com a palavra para este bloco para a resposta aos colegas Vereadores.

O SR. VITOR PUPPI:- Pois não, Presidente. Agradeço, mais uma vez, às perguntas. Então vamos começar pelas perguntas do Vereador Serginho. Obras e convênios, as operações. Quais as operações que hoje temos ou contratadas ou em negociação? Temos a operação já contratada com a Agência Francesa para a Caximba, são trinta e oito milhões de euros; abraçamos cento e sete milhões de dólares do BID, que é aquela operação de expansão do Inter 2, um rodoanel na cidade; setenta e cinco milhões de dólares em negociação com o New Development

Bank, dos BRICS, essa operação ainda não está assinada, mas está em negociação; a operação com o Banco do Brasil que já se encontra quase finalizada, sessenta milhões de reais, foi feita lá atrás, são todas desta gestão, 2018 foi feito este contrato em especial para as ruas de saibro, fizemos uma boa parte com esses recursos; a operação da Caixa que está assinada, está em curso, começando o desembolso de duzentos e cinquenta milhões de reais para infraestrutura da cidade, em especial obras como a Rua da Cidadania CIC e outras grandes intervenções na cidade. O total desses investimentos, estimamos em um ponto seis bilhões de reais. Vão dar uma movimentação muito grande, não só na economia, mas na cara da cidade nos próximos anos. São obras grandes, obras que vão levar algum tempo e que demandam também acompanhamento e planejamento. Isso sem contar, claro, as muitas obras que já acontecem na cidade, as trincheiras, a Linha Verde que tem movimentado bastante agora no trecho norte. Com relação às obras eu diria isso. Vou falar um pouquinho da contribuição de melhoria que é um assunto que, com toda a razão, Vereador, V.Exa. tem trazido esse assunto nas audiências e até agora não achamos ainda a solução do ponto de vista da cobrança desse tributo que está previsto na Constituição. Acho que é um dos tributos mais justos que tem porque é um investimento que o poder público faz e que ocasiona um ganho para o particular. E a medida desse ganho pode ser e tem que ser tributada, acho isso fundamental. Temos um grupo de trabalho instituído para essa contribuição de melhoria, tem meu compromisso de ter encerramento desse grupo nesse exercício, e ter um resultado, um relatório com sugestões para nós iniciarmos em 2021. E faço questão de passar a V.Exas. esse resultado (K) porque é, sem dúvida nenhuma, acho que na pergunta que a Professora Josete mencionou, tributar essa valorização específica que acontece nas intervenções públicas, no patrimônio particular, é importante, é fundamental justamente como forma de redistribuir a justiça fiscal, uma redistribuição de valores em prol da sociedade. Então, devemos finalizar sim essa comissão e passar o relatório. Antes de falar da licença-prêmio, que foi uma pergunta comum, vou fechar com ela, gostaria de falar um pouco sobre a reforma tributária, que V.Exa. mencionou. Aproveitar esse espaço tão qualificado dos Vereadores e Vereadoras da nossa cidade e dizer que as propostas que hoje estão na Câmara e no Senado, são duas principais, a PEC 45 e a PEC 110, retiram autonomia dos municípios. A partir do momento que nós ficarmos dependentes de fundos de compensação da União Federal, ou pior, dos estados, vamos ter que passar o pires. Nós vamos ter que negociar para ter recursos para a nossa cidade. Nós não estamos falando de pouca coisa, estamos falando do principal tributo que a cidade tem, que é o ISS. Todo contribuinte quer simplificação. Nós temos um projeto que se chama Simplifica Já, que promove uma simplificação muito rápida, muito mais efetiva para o contribuinte. Temos nos reunido com várias lideranças políticas, empresariais, e ontem tivemos o apoio do Sescap, aqui do Paraná, a essa nossa proposta do Simplifica Já. E é um assunto essencial, que nós não podemos deixar, em especial nesse período eleitoral, nesse período delicado de pandemia, que passe no Congresso de forma desavisada. Repito, as propostas que lá estão trazem preocupações para os municípios. Não quero me estender nesse tema, mas estou à disposição da Câmara, se acharem necessário, poder me estender mais nesse assunto. Com relação a licença-prêmio, e já respondo à pergunta da Vereadora Noemia, como também do pessoal do gabinete da Professora Josete, nós aprovamos, conseguimos aprovar, a Câmara aprovou aquela lei que permitiu o parcelamento e o desconto das licenças-prêmio. Hoje, o estoque de licença-prêmio acumulado é em torno de cento e vinte milhões de reais. É um valor muito grande. A Prefeitura vinha pagando, para se ter uma ideia, em torno de dois milhões por ano, três milhões por ano, ou seja, se continuasse dessa forma não pagaria nunca. O que nós já temos programado, e estamos aguardando a finalização desse período de eleições para lançar. Nós vamos parcelar em três prestações a licença-prêmio. Devemos pagar três parcelas anuais da licença-prêmio, a começar por 2020. Então, teremos um cronograma para pagar a todos aqueles beneficiados, em 2020, já à vista. Os beneficiários que têm doenças graves receberão uma parcela única, em

torno de duzentas ou trezentas pessoas e o restante vai receber parcelado, vai ter que aderir ao sistema. Isso vai ser divulgado, mas já está pronto tudo isso, estamos só aguardando a finalização do período eleitoral. É um compromisso que tínhamos de não deixar nada para trás, acho que esse é a única questão maior que ficou, que nós vamos resolver até o final desse exercício. Com relação as perguntas da Vereadora Noemia, agradeço as palavras e fico feliz por estar bem recuperada. Com relação aos hospitais, essa gestão tem sido feita pela Secretaria de Saúde, além dos recursos do Município que aumentaram, tivemos também os recursos do Governo Federal. Então, toda a prestação e contraprestação é sempre acompanhada pela Secretaria de Saúde, que verifica a questão dos leitos, das metas dos contratos e repassa os recursos. Nós não temos a gestão na mão da Secretaria de Finanças, do ponto de vista de recursos, mas o que nos cabe é liberar. E, nesse sentido, em razão da pandemia, nós efetivamente não retivemos, nem no contingenciamento que foi feito, aliás, quero ressaltar que ontem foi publicada uma nova resolução modificando as questões do contingenciamento, amenizando um pouco, porque nós tivemos, como mostrei na apresentação, uma melhoria numa perspectiva que ainda é ruim. Mas, conseguimos melhorar um pouco, então, atualizamos esses valores. Mas, a saúde não foi objeto de contingenciamento no Município de Curitiba. Com relação as emendas, e também já respondo à pergunta do Vereador Herivelto. Nós temos liberado as emendas conforme o cronograma que tem sido passado. Existem emendas que acabaram perdendo um pouco, vamos dizer assim, o objeto. O Vereador mencionou lá do Corpus Christi, que ficam prejudicadas. Mas, no decorrer do tempo, todas as emendas que recebemos têm sido liberadas, e vão ser liberadas até o final do exercício, dependendo do cronograma de execução que vier encaminhado para a Secretaria de Finanças. Então, nós vamos liberar sim tudo aquilo que nos for encaminhado com cronograma de execução. Finalmente, com relação ainda à Vereadora Noemia, as perguntas sobre o pequeno empreendedor, acho que nós avançamos, conseguimos promover a moratória de alguns tributos. Isso, de certa forma, auxilia o Fundo de Aval, que é uma grande iniciativa. Tomamos outras medidas, talvez não pudemos tomar medidas um pouco mais, vamos dizer assim, de transferência de recursos, seja porque esse é um papel do Governo Federal, seja porque nós estamos também num período eleitoral, e qualquer medida dessa forma poderia ser entendida como abuso do poder econômico. Nós tivemos que tomar todas as cautelas nesse sentido. Mas, enfim, estamos abertos a sugestões do ponto de vista da efetividade de novas medidas. Acho que era isso, Presidente.

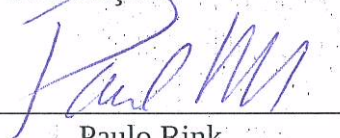
O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Secretário. Agradeço a participação dos Vereadores e também da população, que está escrevendo. Eu vou encerrar com o último bloco, com os Vereadores Pier Petruzzello, Mauro Bobato e Oscalino do Povo. Passo a palavra ao nosso líder. As inscrições estão encerradas, para que a gente mantenha o tempo de duas horas da Audiência Pública. O Sr. Pier Petruzzello:- Obrigado, Vereador Paulo Rink. Eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Secretário Vitor Puppi, cumprimentar a Dani, toda equipe da Finanças, o Breno, que faz um atendimento muito cordial com todas pessoas da nossa cidade, os Vereadores, atendendo sempre de uma forma respeitosa e carinhosa. Quero dizer, Vitor, que Churchill que certa vez disse uma seguinte frase: "Quanto mais longe você conseguir olhar para trás, mais longe você verá para frente". Se olharmos para trás hoje, como disse Winston Churchill, e pensarmos o que foi feito na Cidade de Curitiba com a qualidade técnica da Secretaria de Finanças e a questão política do Prefeito Rafael Greca e dos Vereadores da cidade, alinhado, claro, a uma Secretaria de Governo que sempre nos amparou, aliado a você, a toda tua equipe da Finanças que contribuiu na montagem, lá atrás, do plano, podemos sim, como disse Churchill, mais longe podemos olhar para frente. Olhar para a frente hoje, significa não só reconhecer o que foi feito, mas perceber que o que foi feito, foi feito com qualidade, foi feito para melhorar a vida das pessoas e a vida de Curitiba, que era e continua sendo o nosso propósito. Quero também

aproveitar para cumprimentá-lo, no teu embate, a importante participação dentro da reforma tributária nacional. É importante que os Vereadores saibam que o Secretário de Finanças da nossa cidade, assim como Paulo Rink sabe como é morar fora do País e ter essa valorização de quem é daqui eu quero te valorizar e parabenizar por você hoje estar à frente da reforma tributária no Brasil, com a Frente Nacional dos Prefeitos, com a Abrasf. E esse olhar que você está tendo da reforma me enche de orgulho, não só por ser seu amigo, mas por ser líder desse governo que melhorou de fato a vida das pessoas. Então, eu não poderia deixar, como disse o Vereador Mauro Ignácio, na tua última apresentação do ano, mas não a tua última, de te parabenizar e toda a tua equipe. É bom que se diga que você tem uma equipe de ponta, extremamente qualificada, a Dani te dando suporte, o Breno, o Francisco, desde a Guida ali contribuindo, todos os auditores pela Finanças, que têm dado um retorno muito importante para a sociedade. Conte comigo! Não foi fácil liderar o Plano de Recuperação ao lado desses guerreiros, não foi fácil encarar a pandemia, mas o retorno está aí, está dado, somos jovens, vamos seguir juntos e vamos nos encontrar lá na frente, tenho certeza disso. Tenho orgulho em ser teu amigo, orgulho de ter você como Secretário de Finanças. Parabéns. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Pier. Passo a palavra ao próximo inscrito, Vereador Mauro Bobato. O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente Paulo Rink. Foi um prazer trabalhar com V.Exa. também, apesar das caneladas. Obrigado, Paulo. Vou só saudá-lo, Vitor, Secretário de Finanças, você e toda equipe, a Aline também, aqui da Câmara, pelo trabalho que fizeram. Vou pontuar só algumas coisas. O Procec está hoje no ICI, Vitor? Já percebo que está lá. As perguntas que eu ia fazer eram direcionadas ao Fundo de Aval, e pelo que você passou, a Agência Curitiba, entrei no site e não consegui achar o caminho, até pelas restrições eleitorais, mas eu tenho certeza que, assim como você, a Chris vai poder me passar o andamento, o protocolo, e como está sendo o procedimento disso. Mas, eu queria aproveitar essa oportunidade para agradecer, em nome da gente, da cidade, pela oportunidade de passar esses quatro anos com vocês, com a equipe da Secretaria de Finanças, e o que foi feito. Vereador não faz obra, mas cada vez que está saindo um terminal, quando se fala da Caximba, fico sonhando com o que vai acontecer naquele lugar, na próxima gestão, independente de como vai ser o caminho, mas eu fico sonhando. Já tem um projeto que está no IPPUC, é uma coisa virtual, mas que vai acontecer no dia a dia, a dinâmica da realidade vai acontecer. Então, eu me sinto um pouco coparticipante desse processo, não só por ter ajudado a aprovar o pacote de ajuste fiscal, mas por acompanhar o trabalho de vocês, entender a dinâmica de vocês, saber as dificuldades que também se encontra, porque nem sempre o que a gente quer que aconteça é viável, dentro do ponto de vista legal, do ponto de vista da dinâmica do serviço público na realidade que está. Mas, de forma clara só queria deixar o meu registro de agradecimento pela oportunidade de conviver e com a equipe da gestão Rafael Greca durante esses quatro anos. Foi um processo de evolução para um cara que saiu lá de Umbará, conhecer um pouco mais do sistema de gestão pública. Mas, também registrar, assim como você fez um trabalho fantástico, inclusive na estabilização e no procedimento do Procec, que é uma referência, até por ser um arquivo virtual, que a gente possa avançar cada vez mais, não sei se eu vou estar aqui na próxima gestão, nesses sistemas virtuais no sistema público. A gente tem que dar uma dinâmica um pouco mais diferente. O processo da pandemia apurou esse negócio do home office, mas a gente tem que criar um sistema de resposta para o cidadão, que hoje estamos tendo dificuldade, até por dificuldade de RH, que o corpo funcional da Prefeitura envelheceu um pouco, muita gente se afastou, e a gente está tendo dificuldade em dar respostas na dinâmica que a população precisa. Mesmo com a economia um pouco freada no momento da pandemia, a dinâmica lá fora é um pouco mais acelerada, e mais necessária a resposta do poder público. Tomara que ele possa contribuir. Eu ia chamar o senhor de Vitor Puppi Guedes, porque eu ainda vejo você galgando outros patamares, e para Curitiba seria uma honra ter você participando, tentando fazer o que você fez em Curitiba num patamar maior. Mas, o futuro a Deus pertence, e a

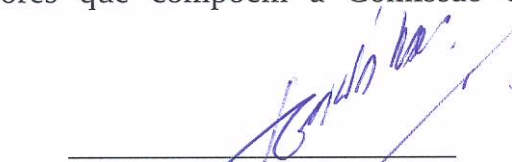
gente vai caminhando. Obrigado pela oportunidade. Valeu, Presidente Paulo Rink. Vitor, sucesso na tua caminhada. Não sei se vai ser aqui em Curitiba mesmo ou em outras áreas. Obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Mauro Bobato. Passo a palavra ao Vereador Oscalino do Povo, para que faça o último questionamento dos Vereadores. O Sr. Oscalino Do Povo:- Muito bem, nosso Presidente Paulo Rink. É uma alegria saber que o senhor tem dado conta dessa Comissão, tanto quanto o nosso companheiro Vitor Puppi tem sido significativo para a nossa Curitiba, assessorando Greca, junto ao Jamur. E digo ao Secretário Vitor Puppi, vendo a sua responsabilidade nessa pasta, me lembro um pouquinho do senhor seu pai, (V) junto à família, na Copel, tendo aquela responsabilidade. Falando nisso, a fruta sempre cai ao lado do pé. E eu externo a minha alegria aqui em ter certeza que o companheiro Greca tem figuras especiais para que possa estar se destacando e até mesmo ajudando a restabelecer a sua saúde para que possa ter um novo mandato. Tenho conversado muito com o Jamur e as coisas têm dado certas. Encerro dizendo ao senhor que cada um de nós temos nossos objetivos, e os curitibanos estão já mais revitalizados, podemos dizer assim, em função dos repasses dos trabalhos executados. Estávamos muito atrasados em função do que as pessoas precisam. Encerro desejando parabéns e paz e bem a todos. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Oscalino. Antes de encerrar a audiência, vou passar a palavra ao nosso Presidente Tito Zeglin. Vou colocá-lo neste bloco para que o senhor possa fazer as suas considerações finais e responder aos questionamentos deste último bloco. Vereador Tito Zeglin, com a palavra. O Sr. Tito Zeglin:- Ok, elegante Vereador Paulo Rink, presidente desta comissão que eu permaneci por causa de V.Exa., porque foi reconduzido por unanimidade de volta à presidência no início deste ano. Secretário, vossa pessoa sabe o tanto que tenho conversado com o senhor, até em épocas anteriores. E recebi uma notícia há dias atrás e gostaria de torná-la pública agora, com certeza muitos já sabem. O Bolsonaro sancionou a Lei Complementar 175 sobre o ISS. Isso para nós é muito importante porque não acho justo que os cartões de crédito utilizem nosso dinheiro aqui e paguem o ISS lá em Bragança Paulista. Também têm outras questões, por exemplo, agora dos Ifood que acontecem por aí. Então, temos uma escala, e a proposta já seguiu para o Supremo Tribunal Federal, que o senhor já está balançando a cabeça confirmando para mim, definindo as regras de transição. Acredito, então, que até 2023 teremos os 100% do ISS, que ficarão aqui no Município de Curitiba. Então, o Prefeito que ganhar a eleição a partir de 2023, já terá 100%. Lembrando que em 2021, 33,5% do tributo serão arrecadados na origem, 66,5% no destino. Refiro-me a Curitiba. Em 2022, 15% na origem, 85% no destino. Em 2023 ficaremos com 100%. Eu acho uma grande injustiça o que estão fazendo com os municípios. Não estou me referindo só a Curitiba, mas a todos os municípios da federação. No mais, saudá-lo. Sucesso. V.Exa. tem muita lenha para queimar ainda. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Tito Zeglin. Secretário, volto com o senhor a palavra para responder aos Vereadores, fazer as suas considerações finais, para que possamos seguir aí para um término tranquilo desta audiência pública, graças a Deus, mesmo neste momento de pandemia. O senhor está com a palavra, Secretário Puppi. O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Vereador Paulo Rink. Vou começar de traz para frente, com a pergunta do Vereador Tito Zeglin, sobre a Lei Complementar 175. Ela, na verdade, veio para operacionalizar uma outra Lei Complementar, a 156, que lá em 2016 tinha sido aprovada, que diz respeito às operações de cartão de crédito, planos de saúde, fundos de investimentos e o ISS devido nessas operações. Queria fazer um aparte e dizer o seguinte, lembro-me que em 2017 o Prefeito Rafael Greca me ligou e perguntou: "Já entrou o dinheiro do cartão de credito"? Diz aqui no CMN que vamos ter trinta milhões para receber, alguma coisa assim. Falei: "Bom, Prefeito, na verdade a lei foi aprovada, mas não se sabe como vamos começar a receber esse dinheiro". Foi aprovado o conceito lá em 2016. Na verdade, a lei tinha sido vetada pelo então Presidente Michel Temer e o Congresso derrubou. Na época até entendíamos que iria ser muito difícil a operação dessa lei, embora o conceito seja

de justiça fiscal. Como o Vereador Tito Zeglin falou, estamos nos desconcentrando aí, em especial, os aparelhos fiscais. Essa arrecadação ficava em alguns paraísos fiscais, Poá, Barueri, cidades que tinham uma alíquota menor e um benefício maior para essas instituições financeiras. De lá para cá, nesses quatro anos, o que aconteceu? O Supremo Tribunal Federal suspendeu a lei sobre o argumento de que a lei era impraticável. Por que ela era impraticável? Porque aí o plano de saúde queria recolher em cinco mil e quinhentos municípios sem saberem sistema, sem saberem alíquotas, enfim, pronto, teriam que se inteirar com todas as legislações, o que é na verdade muito complicado. Então, a lei foi suspensa, e como um argumento até para se contornar e tornar essa lei mais factível, foi aprovada a Lei Complementar 175, que estipula um sistema, a criação de um sistema pago pelo contribuinte para que isso seja operacionalizado. Eu espero que sim, Vereador, espero que em 2023 possamos contar com esses recursos. Mas confesso a V.Exa. que sou muito cético em relação a isso. A lei está suspensa, vamos ter que depender das empresas para investir em um sistema, e isso demora. Acho que seria mais fácil, na nossa concepção, avançarmos com uma proposta de reforma mais global, que mudasse o ISS preponderantemente para o destino. Hoje o ISS fica onde nas cidades estão localizadas as empresas, a maioria do ISS, e poderíamos fazer isso de uma forma mais organizada. Não por atividades. Acho que essa questão é complicada de fazer funcionar. Estamos lutando para que isso vire realidade, mas francamente, em 2023, embora esteja longe, não sei se poderemos contar com toda essa arrecadação, embora vamos trabalhar para que isto aconteça, a lei Complementar 175. O Supremo tem que, como primeiro passo, derrubar a liminar. Vamos esperar o Ministro Alexandre de Moraes tomar uma decisão nesse sentido. Com relação às perguntas do Vereador Mauro Bobato, o Procec foi desenvolvido pela COP, que é coordenada pelo Fiscal Mário Nakatani Júnior, que também coordenou o Nota Curitibana, que é uma pessoa que se sempre está presente na Câmara e tem conversado com os Vereadores. Às vezes acho que a jurisdição pública não tem a velocidade que gostaríamos. É difícil colocarmos em prática de um sistema que muda um paradigma do papel, que começa lá na Rua da Cidadania, e aí vem com malote, com o carro da Contran, é uma coisa que existe há décadas. Então, aos poucos vamos transformando essa realidade em uma realidade eletrônica. Isso é inescapável. Acho que essa pandemia acelerou isso, o que foi, nesse aspecto, bastante positivo. E vai funcionar, e tenho certeza que vai funcionar bem. Lembro até, Vereador Mauro Bobato, que o Fundo de Aval, quando criamos, eu recebi uma mensagem por WhatsApp, no dia 15 de junho, estava resgatando aqui, dizendo da sugestão de ter uma garantia de que os municípios ajudassem os empreendedores da cidade. E foi também com fundamento que respondi, naquela oportunidade, que estávamos pensando em alguma coisa também nesse sentido. Então, foi uma sugestão sua aqui que também deu vasão aí, a esse Fundo de Aval. Acho que o Fundo de Aval é importante. Até tive agora a notícia de que as regionais já se reúnem com empresários para explicarem como funciona o Fundo de Aval, e tenho certeza que ele vai dar certo, porque as pessoas precisam de crédito e a Prefeitura pode ajudar na garantia. Tenho certeza que será um bom avanço aí, que veio de uma sugestão também de V.Exa. e é preciso falar. Quero agradecer, para finalizar, as palavras dos Vereadores Oscalino do Povo. Realmente fico emocionado. Até me lembro que perdi meu pai nesse período dos quatro anos. Vereador Oscalino esteve presente. Agradeço muito. Também me emocionei com as palavras do nosso Líder, do Vereador Pier. Só quero agradecer, como consideração final, e dizer que nesses anos a Câmara não fugiu à luta, não fugiu à sua responsabilidade. Temos consciência que a Câmara enfrentou momentos difíceis, em especial na primeira parte, com a presidência do Vereador Serginho do Posto, depois com a presidência do Vereador Sabino, sempre sob a liderança do Pier. Não foi fácil. Ele topou as paradas difíceis da Secretaria de Finanças. Sei que existe um desgaste mas sei que os frutos estão aí. E quero dizer a V.Exas. que tenho muito orgulho de poder ter contribuído nesse período para a cidade, dentro das minhas limitações, que todos nós temos, e em especial por ter feito parte desta

gestão, e ter podido falar com a Câmara. Acho que a Câmara foi fundamental. Um espaço democrático. Sempre tive oportunidade de estar na Câmara, presente, conversando com V.Exas., ser ouvido e escutar também. Dizer também, com muita humildade, que foi um trabalho importante para a cidade, um trabalho fundamental, e que sempre há um trabalho a ser feito. Nós não nos enganemos. Como eu disse, vamos ter que avançar também em novos projetos em 2021 e 2022, mas com muito mais tranquilidade, mais pé no chão. Acho que isso a Câmara entregou para a cidade. A cidade reconhece isso. E para nós foi fundamental. Quero agradecer também a equipe de finanças, que o Píer falou muito bem, que é uma equipe excelente, deu o máximo a todos os nossos superintendentes, a Dani, o Breno, o Francisco Inocêncio, que deram uma nova cara ao setor fiscal. Nossos diretores, não sei se os Vereadores conversam aí com o Sérgio Primo, IPTU, ITBI, o Adriano Mazetti, uma pessoa fundamental que é o Carlos Kukulj, que cuida do nosso orçamento, da cidade, com uma técnica exemplar; a Chris do nosso financeiro, enfim, não quero nominar todos senão vamos ficar muito tempo. Mas dizer que é um orgulho imenso ter trabalhado e servido nesse período a gestão do Rafael Greca, e dizer que temos ainda até o final do ano. Já sabíamos que iremos fechar no azul, claro, não é segredo, mas há sempre desafios e não podemos esmorecer a qualquer momento. Quero finalmente desejar uma boa recuperação ao nosso querido Prefeito e a nossa querida Margarita, ao Vereador Jairo Marcelino também, e dizer que a Câmara pode sempre contar conosco lá na Secretaria de Finanças. Estamos à disposição a qualquer momento. Muito obrigado, Presidente Paulo Rink. O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, eu que agradeço a sua disponibilidade com os colegas Vereadores. Acho que foi muito explicativa esta audiência pública para todos nós. Para aqueles que nos acompanham pelo YouTube agradeço a participação da população que fez comentários. Muitas perguntas se repetiram às perguntas dos Vereadores e acabamos não tendo uma participação direta. Agradecer também toda a equipe da Comissão de Economia da Câmara Municipal, que é o Veli, o Tiago, a Dani, o Roberjan, a Luana, e a Jussana e a Izabela que dão uma ajuda ali no Plenário, e também o pessoal da técnica que nos permitiram fazer esta audiência pública de uma maneira on-line, segura e transparente para a população de Curitiba. Tendo dito isso, dou por encerrada esta audiência pública, às 11h26min." Do que para constar, Edson Rebello, Redator e Roberjan Prestes Filho, Analista Legislativo, lavraram a presente Ata de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.



Paulo Rink
Presidente



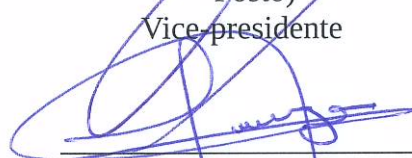
Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Vice-presidente



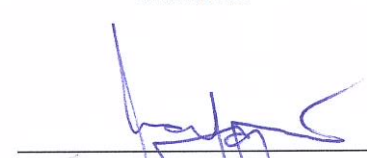
Alex Rato
Membro



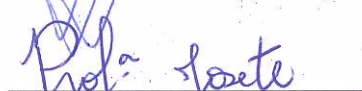
Dr. Wolmir
Membro



Ezequias Barros
Membro



Mauro Ignácio
Membro



Professora Josete
Membro



Thiago Ferro
Membro



Tito Zeglin
Membro